



Envelhecer em Moçambique: Dinâmicas do Bem-Estar e da Pobreza

António Francisco, Gustavo Sugahara & Peter Fisker

Envelhecer em Moçambique: Dinâmicas do Bem-Estar e da Pobreza

António Francisco
Gustavo Sugahara
Peter Fisker



Título: Envelhecer em Moçambique: Dinâmicas do Bem-Estar e da Pobreza

Autores: António Francisco, Gustavo Sugahara, Peter Fisker

Edição: IESE

Copyright © IESE, 2013

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)

Endereço do editor:

AVENIDA PATRICE LUMUMBA, N. 178,

Maputo, Moçambique

Telefone: + 258 21 328894 | Fax: +258 21 328895

iese@iese.ac.mz | www.iese.ac.mz

A reprodução desta publicação para fins comerciais,
na totalidade ou em parte, é proibida.

Revisão: António Francisco e Gustavo Sugahara

Tradução: Luisa Black

Layout e paginação: COMPRESS.dsl | www.compressdsl.com

Impressão e acabamento: DPS

Tiragem: 300 exemplares

Fotografia da capa: Mario Traversi

Número de registo: 7861/RLINLD/2013

ISBN: 978-989-8464-19-4

Maputo, Novembro de 2013

Índice

Agradecimentos	iv
Lista das figuras e tabelas	v
Acrónimos	viii
Sumário executivo	ix
1. Introdução	1
1.1. Tema da investigação	3
1.2. Objectivos da investigação	3
1.3. Metodologia	3
1.4. Estrutura do Relatório	5
Parte I: A demografia dos idosos moçambicanos	7
2. Os idosos moçambicanos têm o privilégio de viver mais tempo mas...	11
3. Os desafios de envelhecer em Moçambique	17
4. Agregados familiares com pessoas idosas	20
Parte II: São os idosos moçambicanos menos pobres que a restante população?	23
5. Estimativas da pobreza baseadas no consumo	27
6. Bem-estar e pobreza: o índice de activos (bens duráveis)	32
6.1 Semelhanças nacionais, disparidades regionais e locais	33
6.2 A pobreza através de uma lente baseada nos activos	35
Parte III: Pensão universal de velhice como uma ferramenta de desenvolvimento	37
7. O contexto histórico institucional da protecção social em Moçambique	42
7.1 O que poderia ser um benefício social adequado em Moçambique?	43
8. Impacto expectável de uma pensão universal: Quanto custaria?	46
9. Conclusões	49
Anexo 1: Índice de Morris como uma abordagem baseada em activos	51
Anexo 2: Mapas, tabelas e figuras	54
Referências	63

Agradecimentos

Este relatório faz parte de uma colaboração entre o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) de Moçambique e a HelpAge International (HelpAge), com o objectivo de analisar as condições de vida e, em particular, o estado da pobreza dos idosos em Moçambique.

Este projecto de investigação não teria sido possível sem o apoio de ambas as instituições. Os autores agradecem em particular à equipa da HelpAge, no Reino Unido - Andrea Vilela e Charles Knox-Vydmanov – e em Moçambique – Janet Duffield e Álvaro Zimba - pelas suas valiosas contribuições. O seu olhar crítico, suas estimulantes sugestões, e a experiência que possuem nos temas aqui debatidos, foram fundamentais para este projecto.

Esta investigação beneficiou ainda dos contributos de duas reuniões, uma no IESE, com a participação dos funcionários do IESE, e uma reunião pública que decorreu em Maputo em 15 de Maio de 2013, e contou com cerca de 100 participantes.

Para além das instituições que já apoiam o IESE: Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação (SDC); Embaixada Real da Dinamarca; Ministério de Negócios Estrangeiros da Finlândia; Ministério de Negócios Estrangeiros da Irlanda (Cooperação Irlandesa); IBIS Moçambique e Embaixada da Suécia, esta pesquisa em particular beneficiou da assistência financeira do Ministério Federal de Cooperação Económica e Desenvolvimento (BMZ). A edição final e impressão tiveram o apoio financeiro da Irish Aid.

Disclaimer: O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflecte necessariamente as opiniões das instituições que apoiaram este projecto de investigação.

Lista das Figuras e Tabelas

Tabelas

Tabela 1	Indicadores Demográficos, Moçambique	12
Tabela 2	Pequenas e médias propriedades por género e idade do responsável	18
Tabela 3	Relação de género na população idosa	19
Tabela 4	Composição do agregado familiar por áreas urbana e rural	20
Tabela 5	Esquemas de vida das pessoas idosas em Moçambique	21
Tabela 6	Composição dos agregados com idosos	21
Tabela 7	Distribuição dos agregados com e sem idosos de acordo com os activos	33
Tabela 8	Impacto estimado de uma pensão universal sobre a população total	47
Tabela 9	Impacto estimado de uma pensão universal nos agregados com pessoas idosas	47
Tabela 10	Custo estimado de uma pensão universal	48
Tabela 11	Taxas de incidência da pobreza: agregados com e sem pessoas idosas	57
Tabela 12	Taxas de incidência da pobreza: agregados com e sem pessoas idosas	57
Tabela 13	Taxas de incidência da pobreza: agregados com e sem pessoas idosas por província	57
Tabela 14	Taxas de incidência da pobreza: agregados com e sem pessoas idosas por área rural/urbana	57
Tabela 15	Taxas de incidência da pobreza: todos os agregados por província e área urbana/rural	58
Tabela 16	Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos: Cabo Delgado	58
Tabela 17	Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos: Cidade do Maputo	59
Tabela 18	Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos: Gaza	59

Tabela 19	Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos: Inhambane	59
Tabela 20	Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos: Manica	59
Tabela 21	Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos: Maputo província	60
Tabela 22	Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos: Nampula	60
Tabela 23	Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos: Niassa	60
Tabela 24	Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos: Sofala	60
Tabela 25	Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos: Tete	61
Tabela 26	Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos: Zambézia	61

Mapas

Mapa 1	Percentagem de famílias com idosos, por <i>Posto Administrativo</i>	54
Mapa 2	Distribuição de agregados familiares com idosos pertencentes ao primeiro quintil do Índice de Activos, por <i>Posto Administrativo</i> .	55
Mapa 3	Diferença entre a proporção de agregados familiares com idosos pertencentes ao primeiro quintil do índice de activos e a população total, por <i>Posto Administrativo</i>	56

Figuras

Figura 1	A transformação demográfica de Moçambique	13
Figura 2	A transformação demográfica do Sul da África	13
Figura 3	População idosa e esperança de vida à nascença, Moçambique	14
Figura 4	População idosa e taxa de dependência dos idosos, Moçambique	15
Figura 5	Percentagem da população com 60 ou mais anos: países múltiplos	15
Figura 6	Moçambique: evolução da população idosa	17
Figura 7	Taxa de alfabetização entre os idosos	19
Figura 8	Taxas de incidência da pobreza: agregados com e sem idosos	27
Figura 9	Taxas de incidência da pobreza (LOP): agregados com e sem idosos	28
Figura 10	Taxas de incidência da pobreza: agregados com e sem idosos por província	29
Figura 11	Taxas de incidência da pobreza: agregados com e sem idosos por área urbana/rural	31
Figura 12	Distribuição de agregados com um ou dois idosos de acordo com o quintil de activos	34

Figura 13 Distribuição de agregados com e sem idosos de acordo com o quintil de activos	35
Figura 14 Relação entre a participação na força de trabalho de trabalhadores com mais de 65 anos, em 2010, e o PIB per capita.	44
Figura 15 Taxas de incidência da pobreza: agregados por província e áreas rural/urbana	61

Caixas

Caixa 1 Mecanismos de protecção social vigentes em Moçambique	41
Caixa 2 Indicadores básicos	45

Acrónimos

AIDS	<i>Acquired Immune Deficiency Syndrome</i> (SIDA Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida)
BSSS	<i>Basic Social Security Sub-system</i> (Sub-sistema Básico da Segurança Social)
CAP	Censo Agro-Pecuário (<i>Agropecuary census</i>)
DNEAP	Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas
GDP	<i>Gross Domestic Product</i> (PIB Produto Interno Bruto)
IESE	Instituto de Estudos Sócio Económicos (<i>Institute for Social Economic Studies</i>)
IDS	Inquérito Demográfico de Saúde (<i>Demographic Health Survey</i>)
IMF	<i>International Monetary Fund</i> (FMI Fundo Monetário Internacional)
INAS	Instituto Nacional de Acção Social (<i>National Institute for Social Action</i>)
INE	Instituto Nacional de Estatística (<i>National Statistics Institute</i>)
IOF	Inquérito aos Orçamentos Familiares (<i>Household Budget Survey</i>)
LOP	<i>Official Poverty Line</i> (Linha Oficial da Pobreza)
LSMS	<i>Living Standards Measurement Survey</i> (Inquérito de Medição dos Padrões de Vida)
MDGs	<i>Millennium Development Goals</i> (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio)
OE	Orçamento do Estado (<i>State Budget</i>)
PARP	Plano de Acção para Reducção da Pobreza (<i>Poverty Reduction Action Plan</i>)
PASD	Programa de Apoio Social Directo (<i>Programme for Direct Social Action</i>)
PASP	Programa de Acção Social Produtiva (<i>Productive Social Action Programme</i>)
PPP	<i>Purchasing Power Parity</i> (Paridade do Poder de Compra)
PSA	Programa de Subsídio de Alimentos (<i>Food Subsidy Programme</i>)
PSSB	Programa de Subsídio Social Básico (<i>Basic Social Subsidy Programme</i>)
LPRBM	<i>The Recalculated Poverty Line suggested by the World Bank</i> (A Linha de Pobreza Recalculada sugerida pelo Banco Mundial)
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
UNFPA	<i>United Nations Population Fund</i> (Fundo da População das Nações Unidas)
UNICEF	<i>United Nations Children's Fund</i> (Fundo das Nações Unidas para a Infância)
WB/BM	<i>The World Bank</i> (Banco Mundial)
WESS	<i>World Economic and Social Survey</i> (Inquérito Económico e Social Mundial)

Sumário Executivo

Os Moçambicanos idosos são a face mais visível da longevidade crescente da população em Moçambique. Parafrazeando o UNFPA e a HelpAge International (2012, p. 12), o aumento da longevidade é uma das maiores conquistas da humanidade; e já é observada em todo o mundo, em vários níveis de desenvolvimento. Na maioria dos países, o aumento do número de pessoas idosas, tanto em termos absolutos como relativos, é determinado pelo envelhecimento da população. Em países como Moçambique, no entanto, onde as taxas de fecundidade permanecem elevadas e resistentes à mudança, o grosso do actual aumento de pessoas idosas é causado principalmente pelo rápido crescimento populacional, este por sua vez fomentado por taxas de mortalidade em declínio.

A população idosa em Moçambique deverá aumentar de pouco mais de um milhão de pessoas, actualmente, para cerca de nove milhões na década de 2070 (UN, 2013). Isto irá provocar uma significativa mudança na taxa de dependência da população idosa, dos cerca de cinco por cento actuais para mais de 12 por cento em 2075. Por outras palavras, a geração mais jovem, nascida durante a primeira década dos anos 2000, vai tornar-se parte de uma população idosa sete vezes maior, na proporção da população total, do que a de hoje. Neste trabalho, consideramos a qualidade e sua relação com o envelhecimento em Moçambique e exploramos até que ponto as condições de vida estão a melhorar à medida que mais pessoas atingem a velhice. Esta investigação visa compreender as dinâmicas do bem-estar e da pobreza da população idosa em Moçambique, com recurso a bases de dados nacionais, como o censo populacional de 2007 e Inquéritos aos Orçamentos Familiares (IOFs) de 1997/98, 2002/03 e 2008/09 do Instituto Nacional de Estatística (INE).

As três perguntas que se seguem resumem as principais questões que motivaram esta investigação:

- A população idosa é ou não mais pobre do que o resto da população moçambicana? Em particular, os idosos rurais são ou não mais pobres do que os idosos urbanos?
- Está o aumento da esperança de vida a tornar-se um activo ou um fardo para a sociedade moçambicana?
- Que opções de protecção social existem para fazer face à pobreza dos idosos em Moçambique?

Com base na análise dos conjuntos de dados nacionais utilizados neste estudo algumas das conclusões principais apresentadas neste documento são:

- Os Moçambicanos idosos são mais pobres do que o resto da população. Esta característica é significativa em muitas partes do país, especialmente quando a distribuição dos agregados regionais, provinciais e locais é tida em consideração.
- Os Moçambicanos estão lentamente a alcançar a possibilidade de viver uma vida mais

longa, mas como o aumento da esperança de vida não é complementado por uma nova base económica ou novos mecanismos de protecção social, os Moçambicanos idosos transformam-se em vítimas do seu próprio “sucesso na longevidade”.

- Este aumento da esperança de vida tem implicações profundas e imediatas, não só na configuração de mecanismos de protecção social em todo o ciclo da vida, mas sobretudo em termos de garantia de rendimentos na velhice. Uma das implicações directas é a necessidade de criar novos sistemas de protecção social. Nesta perspectiva, investimentos em activos (bens e valores financeiros) desempenham um papel importante, pois é através destes que as pessoas procuram poupar e investir para lidar com riscos e imprevistos, ou para desfrutar de benefícios económicos no futuro.
- Uma pensão universal para idosos em Moçambique facilitaria a transformação e substituição de antigos sistemas de protecção social por sistemas de protecção social modernos, que são mais adequados para a transição demográfica e os novos desafios económicos que Moçambique enfrenta. Neste contexto, os benefícios e custos potenciais de uma pensão universal deviam ser analisados e avaliados, comparando-os com os custos e benefícios do sistema actual, que oferece pensões parciais a uma minoria e exclusão generalizada à maioria dos moçambicanos idosos.

1. Introdução

“ Onde a pobreza é endémica, as pessoas que sobrevivem a uma vida de pobreza, muitas vezes enfrentam uma velhice ainda mais pobre. ”
Madrid International Plan of Action on Ageing (UN, 2002, p. 45).

A questão do bem-estar e pobreza é matéria de inúmeros estudos e debates em Moçambique, com centenas de documentos escritos sobre a sua incidência, causas e determinantes.¹ A pobreza também é o foco principal dos documentos programáticos do governo moçambicano, em particular o seu instrumento de referência sobre as políticas públicas, o Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP), (GdM, 2011).

Apesar deste foco sobre a pobreza, muitas lacunas de conhecimento ainda persistem, especialmente em torno da dinâmica e dos determinantes da pobreza em todo o ciclo de vida. Essas lacunas diminuem a eficácia dos esforços para reduzir a pobreza.

Mesmo sendo a “velhice” uma aspiração universal (isto é, a generalidade das pessoas aspira chegar à velhice), e a crescente consciencialização em torno da transição demográfica, pouco se compreende acerca das dinâmicas da pobreza da velhice em Moçambique. Recentemente, no entanto, foram feitos esforços para analisar a pobreza entre os diferentes grupos etários (Dupraz et al., 2006; Kelly, 2011).

É fácil negligenciar a realidade da mudança demográfica em Moçambique, dado o ainda pequeno número de Moçambicanos idosos (Francisco, 2011; Sugahara and Francisco, 2012a; Keyfitz, 1980). No entanto, tendo em conta o lugar e o papel dos idosos na sociedade moçambicana, é urgente explorar as implicações desta mudança demográfica sem precedentes, que, dependendo de factores sociais e económicos, é provável que se torne muito mais intensa num futuro relativamente próximo.

O estudo das condições de vida e os níveis de pobreza entre os idosos é justificado por razões além daquelas imediatamente aparentes. Embora Moçambique já tenha a terceira maior população de idosos no sul da África, com cerca de 1,2 milhões de habitantes com 60 ou mais anos (INE, 2010a; UN, 2011) a proporção de pessoas idosas em relação à população total de Moçambique continua a ser relativamente pequena. Apenas cinco por cento dos Moçambicanos tem 60 ou mais anos de idade e menos de um por cento tem 85 ou mais anos de idade. A proporção relativamente pequena da população idosa poderia, então, ser usada como justificação para não dar prioridade aos idosos, em termos de políticas públicas, apesar de, em termos absolutos, o seu número ser elevado.

Embora Moçambique ainda esteja nas fases iniciais da sua transição demográfica, nada indica que não vá seguir uma trajectória semelhante à dos países mais avançados na transição, onde o

1 O IESE também publicou extensivamente sobre a pobreza, para debates recentes consulte Brito et al. (2010).

envelhecimento da população já tem impacto sobre a demografia e a composição da família (Francisco, 2011).

Eventualmente, o envelhecimento da população será uma realidade em Moçambique. Até que isso aconteça, será necessário esclarecer o debate em torno das alterações demográficas na esfera pública, bem como os políticos profissionais e técnicos, em particular, sobre os custos e os efeitos negativos na sociedade da desvalorização ou marginalização das pessoas idosas.

Como observado em Sugahara and Francisco (2012b), a estrutura etária da população moçambicana é ainda muito jovem, típica de um país em desenvolvimento, com apenas uma pequena parcela da população a sobreviver até à velhice (UN, 2013). Durante milhares de anos, esta pequena população de idosos era tudo o que poderia ser sustentável numa economia quase estagnada (Lesthaeghe, 1989; Livi-Bacci, 1992).

A geração mais jovem, nascida entre 2000 e 2010, acabará por formar uma população idosa sete vezes maior do que a população idosa actual, como proporção da população total. Além disso, a taxa de dependência desta futura população idosa será o dobro, visto que representarão cerca de 12 por cento da população de Moçambique por volta da década de 2070s (Sugahara and Francisco, 2012a).

A oportunidade de acompanhar o processo de mudança demográfica durante as suas fases iniciais oferece uma oportunidade única para a reflexão e, o que é ainda mais importante irá dar à sociedade tempo suficiente para se preparar para as mudanças estruturais espectáveis devido à transição demográfica (Dyson, 2010; Francisco, 2011; Francisco et al., 2010).

É importante observar que o que torna o tema do envelhecimento da população em Moçambique e no resto da África subsaariana particularmente fascinante é que ele se desenvolve num contexto completamente diferente do observado noutras partes do mundo. Globalmente, uma proporção significativa do envelhecimento populacional ocorreu *pari passu* com grandes mudanças na organização produtiva da sociedade. Em Moçambique, no entanto, este processo está a decorrer num contexto de coexistência entre formas arcaicas e modernas de produção.

Seguindo a tendência mundial, é expectável que as mudanças na estrutura demográfica de Moçambique produzam fortes impactos tanto na economia como na sociedade em geral. Não só irá transformar o perfil da força de trabalho, como irá originar grandes mudanças no comportamento dos indivíduos, seja por produzir alterações na procura de bens e serviços, seja por influenciar as decisões de poupança e investimento.

A primeira parte deste artigo discute o conceito de velhice. Embora os indicadores de pobreza neste trabalho utilizem limites de idade para definir a velhice, é importante reconhecer a complexidade e implicações por trás desta abordagem aparentemente simples.

Antes de emprendermos a análise da pobreza, apresentamos uma visão geral das características mais importantes do processo de envelhecimento da população em Moçambique. Uma vez que tomamos o agregado familiar como a unidade principal de nossa análise da pobreza,² observamos as características do agregado e destacamos informações importantes a partir de fontes não directamente relacionadas com esta investigação. O objectivo é também oferecer uma visão sobre o processo de envelhecimento em Moçambique, para aqueles que possam eventualmente querer explorá-lo com mais detalhe.

A análise da pobreza no âmbito deste artigo começa com uma breve exploração das questões conceptuais e suas implicações na abordagem metodológica para a medição da pobreza. A partir daí, analisamos os indicadores da incidência da pobreza, com base no consumo dos agregados,

2 O inquérito aos agregados familiares não permite a análise individual por idade, mas também é importante notar que a velhice não é um fenómeno isolado de seu contexto.

com um foco especial sobre as diferenças regionais. O objectivo aqui é a utilização de indicadores que sejam comparáveis com dados oficiais de pobreza, tanto do governo de Moçambique como de instituições internacionais, facilitando assim o envolvimento na reflexão e no debate do maior número de intervenientes possível.

Para oferecer uma perspectiva complementar aos indicadores da pobreza baseados no consumo, também exploramos os activos do agregado e os bens duráveis. Utilizando o método chamado Índice de Morris calculamos um índice que é usado para classificar os agregados familiares em quintis.³ O principal objectivo deste método é avaliar a base de activos relativos dos idosos em comparação com o resto da população. Devido à intrincada relação entre activos e consumo, o método também possibilita a verificação da robustez dos resultados da análise da pobreza.

A última parte do relatório tem a intenção de ampliar o debate em torno da universalização das pensões de velhice em Moçambique. Tendo em mente a análise da pobreza apresentada, acreditamos que este estudo fornece forte evidência de que o investimento em pensões de velhice universais terá um impacto significativo, não só sobre a pobreza, mas também em termos de fortalecimento da economia, respondendo assim a esta fase específica de transição demográfica.

1.1 Tema da investigação

O objectivo e o foco principal da investigação é a população idosa em Moçambique, que nós definimos como aquela com 60 ou mais anos de idade. Ocasionalmente, utilizamos diferentes faixas etárias, por exemplo, 65 ou mais anos ou 80 ou mais anos.

1.2 Objectivos da investigação

O nosso objectivo principal é investigar conjuntos de dados existentes para compreender a dimensão da pobreza dos idosos em relação ao resto da população. Tendo em conta os recursos disponíveis e o facto da questão do envelhecimento da população em Moçambique ser praticamente inexplorada, este tipo de investigação parece-nos oportuna e prevê-se que preencha uma lacuna de conhecimento. Esperamos que o aumento do debate e conhecimento em torno deste assunto venha a gerar políticas públicas concebidas e formuladas com maior precisão.⁴

O estudo também deve fornecer informações fundamentais sobre as condições de vida dos Moçambicanos idosos, em comparação com grupos populacionais não idosos. Iremos fazê-lo através de:

- Produção de análise dos conjuntos de dados socioeconómicos existentes para fornecer percepções sobre a pobreza relativa da população idosa
- Análise do custo e do potencial impacto sobre os diferentes grupos populacionais dos vários cenários de pensão universal em Moçambique
- Promoção de reflexão sobre as abordagens metodológicas para medir a pobreza dos idosos em Moçambique
- Envolvimento dos intervenientes da política nacional nos resultados da investigação e fornecimento de versões traduzidas apropriadas.

³ Um quintil corresponde a um quinto da amostra ou população.

⁴ A maior parte da literatura académica sobre a população idosa em Moçambique incide sobre questões relacionadas com o abuso dos idosos ou a dinâmica demográfica genérica.

1.3 Metodologia

Em cada secção deste artigo fornecemos considerações metodológicas e explicações detalhadas. Como este tema é inter-disciplinar, diferentes metodologias foram utilizadas. Partindo de uma revisão da literatura sobre debates conceptuais em torno de velhice, o processo de investigação também fez uso de diversas ferramentas quantitativas. Em relação à análise quantitativa, o principal desafio foi encontrar um conjunto de dados nacionais que fornecessem informações sobre a pobreza e bem-estar para a população de Moçambique em geral, mas que também permitissem a análise por grupos etários que fossem estatisticamente representativas mesmo após a sua desagregação.⁵

Assim, para este estudo foram utilizados o Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) de 2008/2009, e o Censo da população de 2007. Ambas as fontes provêm do Instituto Nacional de Estatística (INE), são amplamente utilizados e revistos sob padrões internacionais de qualidade. A limitação directa derivada dessa opção foi a impossibilidade da análise de indivíduos por idade, já que esta informação não foi recolhida directamente de todos os indivíduos. Além disso, no caso dos IOFs, o tamanho da amostra não nos permitiu desagregar os agregados familiares em mais níveis micro ou meso, porque o número de observações tornar-se-ia estatisticamente insignificante. Por esta razão, não pudemos explorar em mais detalhe tópicos importantes como as questões de género ou as dinâmicas intra-agregados familiares.

A questão de como definir e medir grupos mais pobres versus não pobres, e acima de tudo, os mais pobres dos mais pobres ou mais vulneráveis, continua a ser motivo de debate entre os investigadores (Filmer and Scott, 2008; Hargreaves et al., 2007; Morris et al., 2000; Prakongsai, 2006; Ura et al., 2010). A existência de controvérsias em torno de questões metodológicas, e a falta de dados confiáveis sobre as medições da pobreza, como se observou recentemente em Moçambique, propicia a utilização de métodos complementares, ou mesmo alternativos, de medição do estatuto socioeconómico do agregado familiar (Alfani et al., 2012; Cunguara and Hanlon, 2010; DNEAP, 2010).

No caso específico desta investigação, cujo objectivo é investigar a pobreza entre os idosos, os autores decidiram usar abordagens de investigação complementares. Na ausência de dados amplamente aceites sobre as despesas dos agregados familiares, a primeira opção foi a de construir um conjunto de indicadores comparáveis e directamente relacionados com as medidas oficiais, tanto nacional como internacionalmente: (i) a Linha Oficial da Pobreza (LOP) calculada pelo Governo de Moçambique (DNEAP 2010); (ii) a Linha de Pobreza Recalculada sugerida pelo Banco Mundial (LPRBM) (Alfani et al., 2012)⁶; e (iii) a “linha internacional da pobreza”, que actualmente se situa em US\$ 1,25 (PPP) por dia (UNDP, 2013).

Além disto, considerando que a análise da pobreza com foco na despesa ou consumo tem uma perspectiva de curto prazo, os autores consideraram útil complementar esta abordagem metodológica com a exploração de várias componentes do bem-estar económico e social que podem reflectir com mais rigor os diferentes grupos sociais ou a variedade dos contextos rurais e urbanos.

⁵ Por exemplo, o designado *Inquérito Demográfico de Saúde* (IDS), é composto por um conjunto de dados abrangentes e nacionalmente representativos, cobrindo população, educação, saúde, nutrição e características do agregado. Infelizmente, estes inquéritos incluem homens e mulheres na idade reprodutiva, ou seja, aqueles com idades entre 15 e 49 anos, perdendo precisamente o principal grupo etário com interesse para este estudo.

⁶ Existem pequenas diferenças em termos dos dados utilizados pelo Banco Mundial e os utilizados nesta investigação. Aqui, as taxas de pobreza estimadas estão baseadas apenas nos dados do IOF, enquanto a equipa do Banco Mundial obteve os índices de pobreza recorrendo tanto ao IOF 2008/2009 como ao censo de 2007.

Assim, ao complementar o indicador monetário das medições convencionais dos indicadores da pobreza, este estudo recorre a uma abordagem alternativa para avaliar o bem-estar dos agregados familiares e os padrões de vida nos países em desenvolvimento, conhecidos como índices de activos. Nesta investigação específica sobre o bem-estar e pobreza dos idosos, os autores optaram pelo método bastante simples de medição de aspectos da posição socioeconómica dos agregados, proposto por Morris et al. (2000). Para distinguir esse índice de outros índices de activos que podem ser encontrados na literatura, decidimos atribuir-lhe o nome do primeiro autor no artigo que, tanto quanto sabemos, foi o primeiro a descrever o índice (Morris et al., 2000). Para detalhes sobre este método e índice, consulte “Anexo 1: Cálculo do Índice de Morris”.

1.4 Estrutura do Relatório

Este relatório está organizado em três partes, excluindo esta introdução e a conclusão:

Parte I: A Demografia dos Idosos. Quantos são? A Parte I começa por analisar o conceito de velhice, reconhecendo que as noções sociológicas e culturais dos idosos estão longe de serem conceitos estáticos ou rigidamente definíveis. A Parte I fornece análise demográfica da população idosa, tendo em consideração as características da transição demográfica de Moçambique.

Parte II: São os idosos moçambicanos menos pobres do que a restante população? A Parte II apresenta os resultados da análise da pobreza que compara agregados familiares com idosos com o resto da população, com base em diferentes métodos de medição da pobreza: (i) indicadores convencionais de pobreza absoluta e relativa baseados no consumo; e (ii) um novo indicador, designado por Índice de Morris. O Índice de Morris recorre a uma abordagem alternativa de avaliação do bem-estar e padrão de vida dos agregados familiares nos países em desenvolvimento, conhecida como índice de activos, ou mais rigorosamente neste caso em particular, “bens duráveis” (tais como veículos, casas de banho, animais de estimação, rádios, computadores etc.).

Parte III: Pensão universal de velhice como uma ferramenta de desenvolvimento. A Parte III explora qual seria um projecto razoável para uma pensão universal em Moçambique, e compara três cenários em termos de seu impacto sobre a pobreza e custo financeiro.

Conclusão. Avançamos três conclusões que abordam as principais questões levantadas na introdução. Também sugerimos áreas possíveis para uma investigação mais aprofundada que consideramos de importância fundamental para uma melhor compreensão da transição demográfica de Moçambique e para o desenvolvimento de políticas mais adequadas.

PARTE I

A demografia dos idosos Moçambicanos

A Demografia dos Idosos Moçambicanos

“ Em África, quando um velho morre, é uma biblioteca que arde. ”
Amadou Hampâté Bâ, (UNESCO General Conference, Paris, 1960)

Embora a utilização de ferramentas quantitativas possa dar a impressão de que a questão do envelhecimento é facilmente redutível a um certo corte etário, é importante ter em mente que as fases da vida e as relações inter-geracionais envolvem tanto os aspectos biológicos como os socio-culturais (Beauvoir, 1990; Debert, 1999).

Por um lado, a idade é um elemento chave na organização social dos indivíduos, e uma ferramenta importante para a compreensão, avaliação e definição de políticas, tais como a atribuição de um determinado benefício social. Por outro lado, é importante ter em mente que existem poucos estudos que buscam compreender as experiências reais de heterogeneidade presente em grupos diversos (Sugahara, 2009).

Como salientado por Camarano (2004, pp. 5–6), uma das consequências do uso de idade numérica para definir velhice é que a sociedade cria expectativas sobre os papéis sociais das pessoas com tal estatuto, e deste modo, exerce várias formas de coerção para o cumprimento desses papéis, independentemente das características particulares dos indivíduos (Laslett, 1996 in Camarano, (2004)). A mesma autora também observa que o estatuto de pessoa idosa pode ser atribuído a uma determinada pessoa, mesmo que ela negue esse estatuto e não apresente as características de dependência ou senilidade, geralmente associadas à velhice. Exemplo de tais formas de estereótipos pode observar-se na legislação das reformas e esquemas de pensões.

Segundo Vos et al. (2009), o próprio conceito de velhice varia de acordo com o contexto social. Em muitos países desenvolvidos, a idade de 65 anos é normalmente usado como referência para a velhice. Este conceito deriva do facto de ser a idade em que uma parcela significativa da população se torna elegível para pensões completas e outros benefícios da segurança social. Vos et al. salientam mesmo que a idade não pode ser vista como um parâmetro estático, observando que em 1900 a esperança de vida nos países industrializados era entre 45 e 50 anos, enquanto, apenas um século depois, a esperança de vida à nascença para a população mundial é de cerca de 70 anos e a subir para 75 anos em 2050 (UN, 2013).

Muitas vezes, consideramos as pessoas *idosas* não só por teoricamente estarem próximo do fim das suas vidas, mas também porque enfrentam mudanças nas suas funções sociais e nas actividades que desempenham. Ao tentarmos encontrar uma característica comum nas pessoas idosas, tal como a reforma, o facto de se tornarem avós, ou o facto de se tornarem mais vulneráveis à doença em comparação com outros adultos, também nos devemos lembrar que todas essas

características devem ser devidamente enquadradas no tempo e contexto social de cada país, permitindo um maior entendimento das condições dos idosos nesse contexto específico.

Para ilustrar esta ideia no contexto moçambicano, podemos lembrar-nos que os avós moçambicanos, muitos com idades entre os 35 e os 40 anos, em nada se assemelham aos avós europeus, que têm geralmente 60 ou mais anos de idade e cabelos grisalhos. De facto, basta passear pelas ruas de Moçambique, é fácil observar que não se encontram muitas pessoas com cabelos grisalhos, o que reflecte a proporção bastante pequena de pessoas idosas. Nas áreas rurais, as pessoas idosas são ainda vistas como seres intermediários entre os vivos e os antepassados (Geffray, 2000, pp. 78–83; Negrão, 2005, pp. 209–238). Estes pontos de vista, ou mesmo superstições, podem ser vistos como estereótipos da velhice, mas em si mesmos reflectem as diferentes fases demográficas e socioeconómicas.

Também é importante notar que o envelhecimento e a velhice são uma experiência com marcadas diferenças de género. Os papéis desempenhados por homens idosos e mulheres idosas podem ser completamente diferentes, com implicações importantes nas suas posições no agregado familiar bem como em termos de vulnerabilidade.

No entanto, por razões operacionais, a demarcação de grupos populacionais é importante, tanto em termos analíticos como também na formulação de políticas públicas. Como observado por Camarano (2004), é através destas demarcações que se torna possível identificar os beneficiários e concentrar os recursos. A actual discussão sobre uma convenção pelos direitos dos idosos não recomenda uma idade numérica precisamente porque a velhice (e a discriminação relacionada) é específica de um contexto. Definir uma idade numérica para a velhice tem a grande vantagem de facilitar a verificação e monitorização. Apesar de reconhecer a necessidade de um certo grau de pragmatismo nos conceitos utilizados, “idoso” simplifica a heterogeneidade desse segmento da população e, conseqüentemente, implica o risco de incluir pessoas, que não necessitam de tais políticas, ou de excluir pessoas que efectivamente teriam necessidade das mesmas.⁷

É importante ter em mente que os debates em torno da definição de velhice não são um exercício puramente académico ou filosófico. Na verdade, este debate tem fortes implicações na construção da relação da sociedade com os seus cidadãos mais velhos. Como afirmado por Lloyd-Sherlock *in* Camarano (2004), as políticas dirigidas aos idosos como um subgrupo dependem essencialmente da visão que se tem deste segmento da população.

O corte etário oficialmente utilizado para a identificação de pessoas idosas em Moçambique foi definido pela Resolução n.º 84/2002 do Conselho de Ministros, que considera pessoa idosa, uma mulher com 55 ou mais anos e um homem com 60 ou mais anos. No entanto uma nova, legislação recente aprovada pelo Conselho de Ministros, mas ainda não aprovada pela Assembleia da República, define pessoas idosas aquelas com 60 ou mais anos, independentemente do género. Esta reforma reflecte as alterações de interpretação da velhice, se bem que seja importante reconhecer que a própria velhice pode, por sua vez, mudar também ao longo do tempo; por exemplo, dentro da política de pensões, as idades de elegibilidade podem ser indexadas à esperança de vida para aumentarem ao longo do tempo.

Neste trabalho, como anteriormente mencionado, utilizamos a definição de idoso(a) como sendo aquele(a) com 60 ou mais anos de idade, apesar de nalgumas situações específicas utilizarmos diferentes referências de idade, tais como 65 ou mais ou 80 ou mais.⁸

7 Existem duas maneiras de reduzir a incidência desse tipo de erro, que requerem uma melhor compreensão das particularidades da população em questão: (i) melhorar os critérios por forma a aumentar o rigor das definições, com uma ou mais etapas que permitam a melhor identificação de indivíduos com determinadas características, e (ii) alterar as definições de determinados critérios, assumindo que as referências adequadas são utilizados apenas para algumas das características procuradas.

8 Esta opinião é consistente com organizações tais como a UNFPA (UNFPA and HelpAge International, 2012, p. 20).

2. Os idosos moçambicanos têm o privilégio de viver mais tempo mas...

Antes de explorar a dinâmica da pobreza dos idosos iremos apresentar uma breve caracterização dos idosos moçambicanos que dará suporte à análise da pobreza.

A esperança de vida à nascença em Moçambique é actualmente de cerca de 50 anos. Em comparação com a média global de 70 anos (UN, 2013), os actuais 5 por cento (ver Tabela 1) da população moçambicana total que compõem o grupo de pessoas com 60 ou mais anos de idade, podem ser considerados um grupo privilegiado dos beneficiários directos do alargamento da longevidade humana. Se bem que seja verdadeira a afirmação que a percentagem de idosos é relativamente baixa quando comparada com outros grupos etários, é igualmente verdade que este grupo populacional representa mais de um milhão de pessoas (ver Tabela 1), um número que em qualquer contexto é demasiado grande para ser ignorado (Sugahara and Francisco, 2012a). Na verdade, para colocar isto em perspectiva, tal número não é muito menor do que a força de trabalho assalariada em Moçambique,⁹ que segundo a estimativa do Censo de 2007 representa um milhão de pessoas.

Obviamente, estas proporções estão em mudança, e certamente irão mudar no futuro, dependendo das variações na taxa de crescimento de cada grupo etário. Como indicado na Tabela 1, na última década, a taxa de crescimento anual da população idosa estava perto de três por cento, a mais elevada entre os três grupos etários. Com base nas projecções demográficas disponíveis para a primeira metade do século XXI, espera-se que esta tendência vá continuar. Entre agora e 2050, enquanto a estimativa da taxa de crescimento da população idosa permaneça quase constante, as taxas de crescimento dos grupos etários mais jovens devem cair para cerca de 1,4 por cento, assumindo que as taxas de fecundidade sofram o declínio esperado (UN, 2013).

Moçambique está numa fase inicial da transição demográfica, que está a ocorrer de forma mais lenta e tardia tanto em relação à transição demográfica mundial, como às transições observadas nos países vizinhos da África Austral.¹⁰ Portanto, espera-se que durante a primeira metade deste século, a população moçambicana permaneça mais jovens do que as populações do “Sul da África”.¹¹ Esta diferença na estrutura etária da população está ilustrada pela Figura 1 para Moçambique, e pela Figura 2 para os outros cinco países do Sul da África (Sippel et al., 2011; UN, 2013).

9 Pessoas com idades entre os 15 e 49.

10 A transição de um regime demográfico antigo, caracterizado por elevadas taxas de natalidade e mortalidade (Francisco, 2011).

11 O Sul da África é o conjunto de países identificado pelas Nações Unidas, incluem a África do Sul, o Botsuana, o Lesoto, a Suazilândia e o Zimbabué.

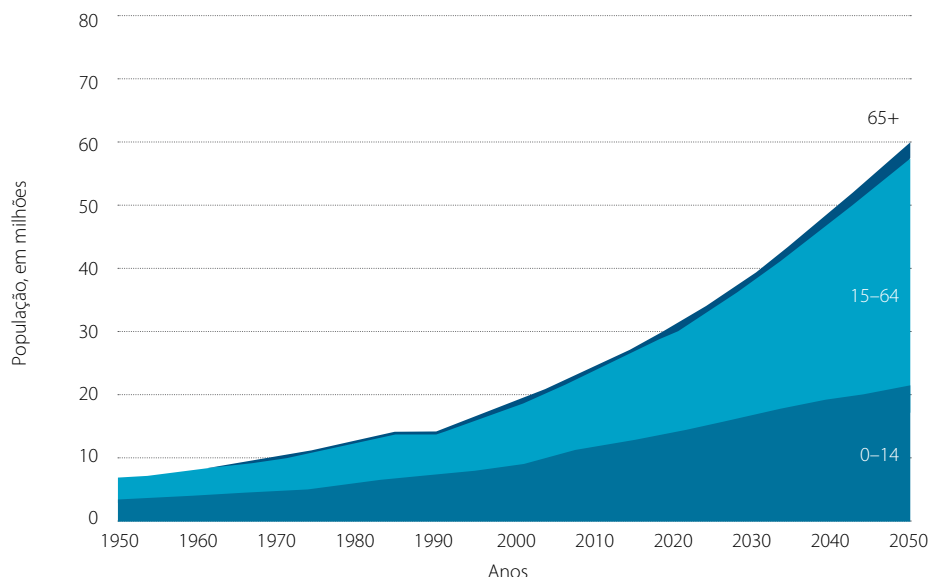
Table 1 – Indicadores Demográficos, Moçambique

População e Grupos Etários	2010
População total (em milhares)	23.967
Densidade populacional (pessoas por km ²)	30
Idade mediana	17,2
Número de pessoas com 60+ (milhares)	1.192
Número de pessoas com 65+ (milhares)	775
Número de pessoas com 80+ (milhares)	92
Percentagem de pessoas com idade inferior a 15 anos	44%
Percentagem de pessoas 15-24 anos	20%
Percentagem de pessoas 15-64 anos	53%
Percentagem de pessoas 65+	3,3%
Mortalidade e Natalidade	2005–2010
Taxa bruta de mortalidade (TBM), por 1,000	15,8
Mortalidade infantil (menos de 1 ano idade), por 1,000	87,1
Menores de 5, taxa de mortalidade, por 1,000	136
Esperança de vida à nascença (anos)	48,4
Esperança de vida aos 60 à nascença (anos)	16,3
Taxa Bruta de Natalidade (TBN), por 1,000	42,3
Taxa de Fecundidade Total (TFT)	5,6
Taxas de Crescimento da População	2000–2010
Tempo de duplicação da população (anos)	28
Taxa média anual de crescimento da população (%)	2,5%
Taxa média anual de crescimento da população menor de 15 anos (%)	2,6%
Taxa média anual de crescimento 15–59 anos (%)	2,4%
Taxa média anual de crescimento da população 65+ (%)	2,9%
Mudança projectada da população	2010–2050
Esperança de vida à nascença (anos) (2045-50)	66,4
Esperança de vida aos 60 (nascimento) (anos)	19,1
Taxa média anual de crescimento da população (%)	1,9%
Taxa média anual de crescimento da população menor de 15 anos (%)	1,1%
Taxa média anual de crescimento 15–59 anos (%)	2,4%
Taxa média anual de crescimento da população 60+ (%)	2,8%

Fonte: UN, 2013

De acordo com a Figura 1, entre 2010 e 2050, espera-se que a população moçambicana até aos 14 anos cresça a uma taxa média anual de 1,1 por cento, contra 2,4 por cento das pessoas com idades entre 15 e 59 e de 2,8 por cento da população idosa (os que têm 60 ou mais anos) (UN, 2013). No Sul da África, por outro lado, é esperada uma média anual negativa (-0,4 por cento) no crescimento da população jovem, juntamente com o crescimento de 0,8 por cento dos que têm idades entre os 15 e 59, e 2,5 por cento de crescimento da população idosa (ver Figura 2). As diferenças comportamentais na estrutura etária reflectem diferenças na população e no ritmo da transição demográfica naqueles países, nomeadamente a transição da fecundidade, que tem um efeito predominante no processo de envelhecimento da população.

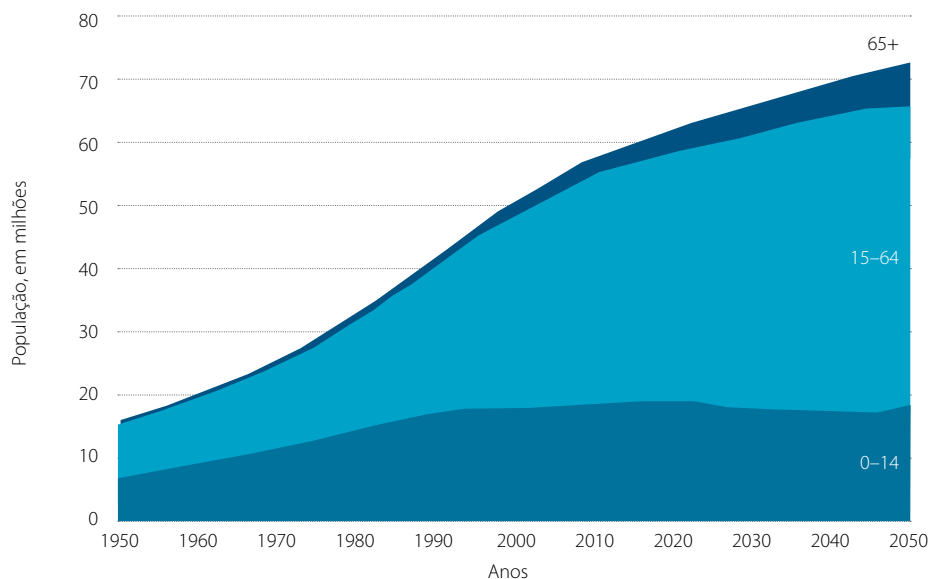
Figura 1 – A transformação demográfica de Moçambique (1950–2050)



Fonte: UN, 2013

Através da análise de dados demográficos de longo prazo, fica claro que a população de Moçambique é, e permanecerá, predominantemente jovem ao longo da primeira metade deste século. Em rigor, a população moçambicana não está a envelhecer, de facto, ainda não está a fazer a transição de uma estrutura etária jovem para uma mais envelhecida. Antes de envelhecer no sentido literal, haverá um período de crescimento no seio da população em idade activa.

Figura 2 – A transformação demográfica do Sul da África (1950–2050)

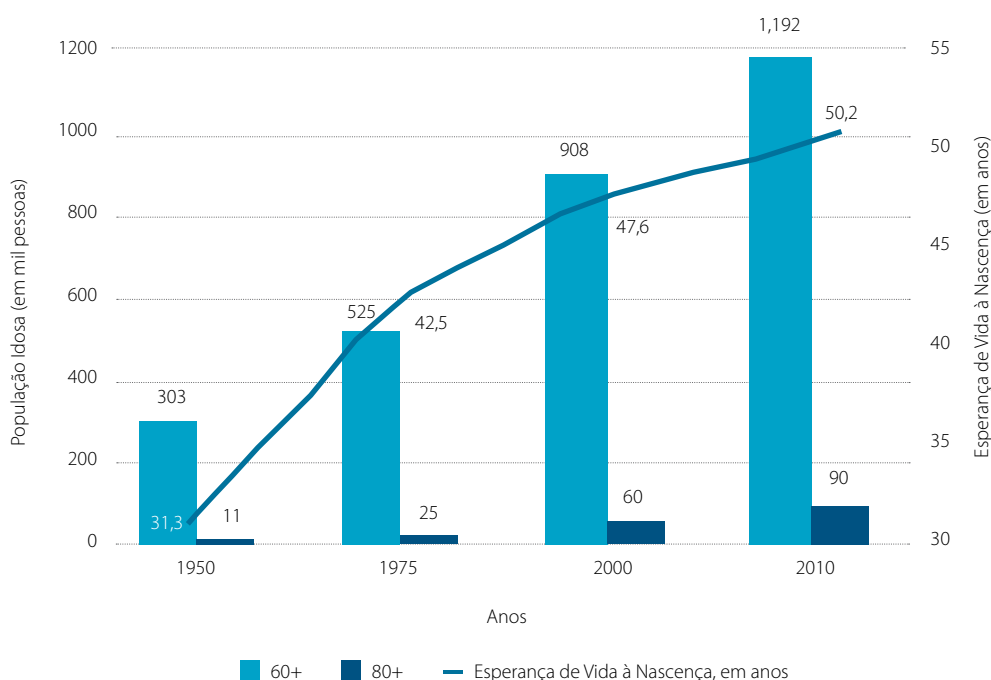


Fonte: UN, 2013

Actualmente, considera-se como limiar de uma “sociedade a envelhecer” uma população idosa superior a 14 por cento da população total (Ito and Rose, 2010, p. 282; Lee et al., 2013, p. 5). No caso de Moçambique, o ritmo de transição para uma sociedade envelhecida dependerá do ritmo da transição da fecundidade, que já se está a observar nalgumas áreas urbanas, como na capital Maputo.

Se as projecções das Nações Unidas a longo prazo forem rigorosas, a proporção de idosos em Moçambique em 2080 será de cerca de 14,5 por cento da população total de 70 milhões de pessoas. Isto significa que, apesar de um processo de envelhecimento da população relativamente lento, a população de idosos aumentará em termos absolutos dos actuais 1,2 milhões para cerca de 10 milhões em sete décadas. Ou seja, mesmo que a proporção de pessoas mais velhas não aumente, a população idosa de Moçambique está a crescer em termos absolutos.

Figura 3 – População idosa e esperança de vida à nascença, Moçambique (1950–2010)



Fonte: UN, 2013

O aumento da parcela da população idosa na população total deve ser considerado uma conquista, que pode em parte ser atribuída a um recente aumento da esperança de vida à nascença, que passou de 31,3 anos, no início dos anos 50, a 50,2 anos em 2010 (ver Figura 3).

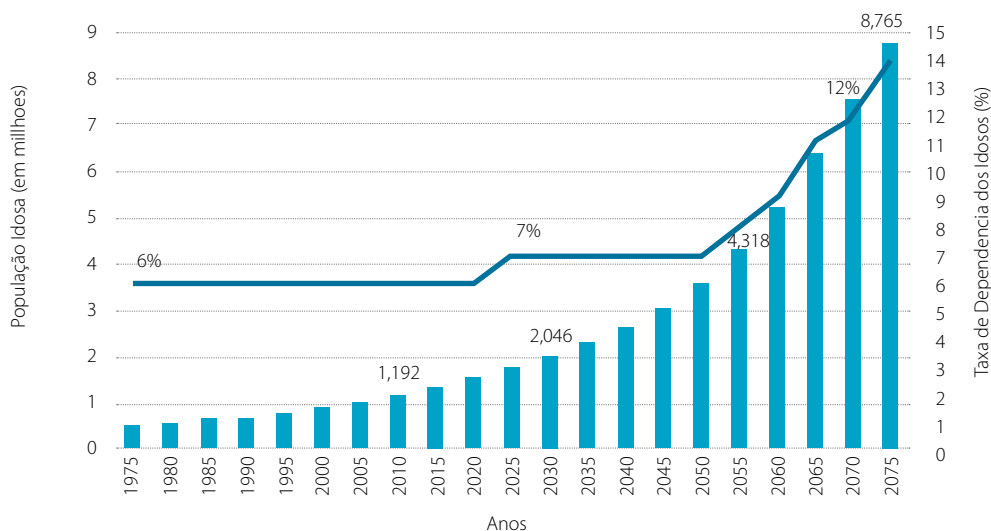
Num estudo recente, Sugahara and Francisco (2012c) chamaram a atenção para o facto de, nos próximos 50 anos, a população idosa em Moçambique vir a crescer de apenas um pouco acima de um milhão de pessoas para cerca de nove milhões em 2070s (ver Figura 4)¹² enquanto se espera que a taxa de dependência dos idosos¹³ aumente dos pouco mais de cinco por cento

¹² Isto vai ao encontro das estimativas das Nações Unidas em que a população idosa atingirá cerca de 10 milhões por volta de 2080.

¹³ A taxa de dependência dos idosos refere-se à proporção da população idosa, convencionalmente considerada economicamente inactiva, como uma parcela da população com idades entre 14 e 65, convencionalmente vista como a população em “idade de trabalhar”.

para mais de 12 por cento. É importante ter presente que o conceito de “dependência dos idosos” pode não ser rigoroso em Moçambique, onde a vasta maioria dos idosos, bem como das crianças, trabalha tanto como os adultos.

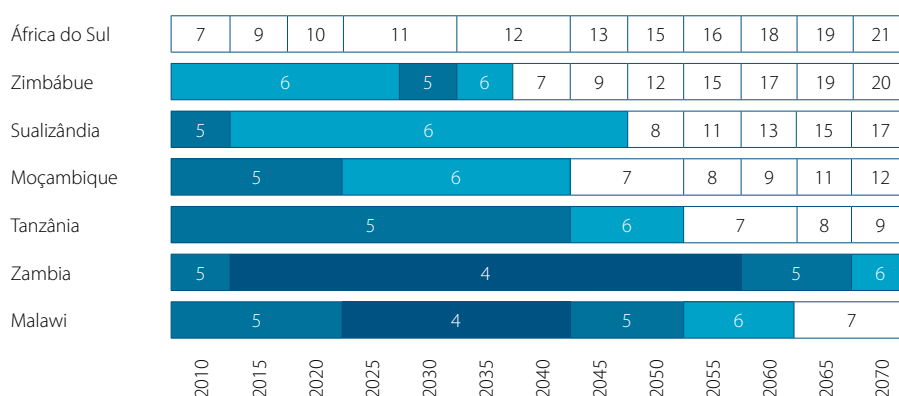
Figura 4 – População idosa e taxa de dependência dos idosos, Moçambique (1975–2075)



Fonte: UN, 2010

No contexto da África Austral, Moçambique já tem a terceira maior população de idosos em termos absolutos (Sugahara and Francisco, 2012a). A Figura 5 destaca o número espetável de anos necessários para que a proporção de pessoas idosas aumente ao longo do tempo, e como se compara esta mudança com alguns países vizinhos.

Figura 5 – Percentagem da população com 60 ou mais anos: países múltiplos



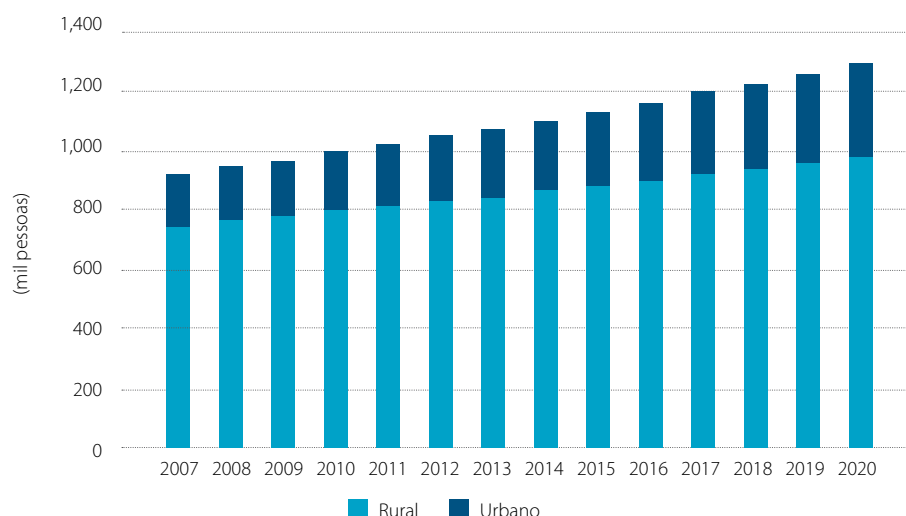
Fonte: UN, 2010

Levou mais de 70 anos (um período não representado na Figura 5) para que a proporção de pessoas com 60 ou mais anos ultrapassasse cinco por cento da população total. No entanto, depois disto, espera-se uma maior aceleração: levará cerca de 20 anos a atingir seis por cento, e mais 10 anos para atingir sete por cento, e apenas mais cinco anos para atingir oito por cento. Ou seja, durante o próximo meio século, a parcela de idosos na população irá crescer exponencialmente. Este facto é consistente com a sucessiva duplicação, apresentada na Figura 4.

3. Os desafios de envelhecer em Moçambique

Uma das características mais marcantes do aumento da população idosa em Moçambique é que este fenómeno decorre com maior intensidade nas áreas rurais. Enquanto nos países desenvolvidos as populações idosas estão sobre representadas nas cidades, a maioria dos idosos moçambicanos vive, e espera-se que continue a viver, nas áreas rurais (INE, 2010a).

Figura 6 – Moçambique: evolução da população idosa (2007–2020)



Fonte: INE, 2010

A Figura 6 mostra projecções da população para as áreas rurais e urbanas para os anos de 2007 a 2020 (INE, 2010). Se bem que a taxa de crescimento da população idosa nas áreas urbanas seja mais elevada (0,8 por cento, comparados com 0,23 por cento nas áreas rurais), espera-se que em 2020 cerca de 75 por cento da população idosa continue a viver nas áreas rurais. Actualmente, cerca de 80 por cento de idosos, e 71 por cento da população total, vive em áreas rurais.

Para se ter uma ideia da situação geral no Moçambique rural, um bom ponto de partida é o *Censo Agro-Pecuário (CAP)*, publicado pelo INE. Os dados mostram que, dos 3,8 milhões de explorações agrícolas em Moçambique (com uma superfície média de 1,5 hectares por propriedade), apenas dois por cento, ou 88.000 agricultores, tiveram acesso ao crédito. Apenas quatro por cento usou fertilizantes, três por cento usou pesticidas, e cerca de cinco por cento tem sistemas de irrigação. Uma proporção significativa das explorações que utiliza técnicas modernas

de produção e tem algum acesso ao crédito está situada na região de Tete, o que nos dá uma forte indicação de que estes recursos estão ligados à produção de tabaco. Isto é relevante porque mostra que a maioria dos agricultores em Moçambique não utiliza insumos modernos, que são utilizados nas propriedades comerciais (INE, 2010b).

A maior parte da terra em Moçambique ainda é utilizada para a produção de alimentos, mas, de acordo com o CAP, 1,6 milhões de propriedades rurais, ou 42 por cento do total, não conseguiram produzir alimentos suficientes para alimentar as suas famílias no período do inquérito, no que resultou que nestes agregados consumissem menos alimentos do que o habitual.

Apesar de 15 por cento de propriedades de dimensão pequena e média terem como responsáveis indivíduos com 60 ou mais anos, só um em cada três responsáveis eram mulheres (ver Tabela 2). Esta é uma questão interessante, que merece ser aprofundada em investigação futura, porque os dados sugerem que as diferenças de género dos responsáveis pelas explorações se reduzem com a velhice. Cerca de um quarto dos responsáveis pelas propriedades com idades entre os 20 e 40 anos são mulheres.

Tabela 2 – Pequenas e médias propriedades por género e idade do responsável

Grupo etário	Mulher (milhares)	Mulher (%)	Homem (milhares)	Homem (%)	Total (milhares)	Total (%)
10–19	26,0	2,5	36,1	1,3	62,1	1,6
20–29	191,5	18,2	584,0	21,0	775,5	20,3
30–39	273,4	26,0	797,9	28,8	1.071,3	28,0
40–49	199,9	19,0	597,3	21,5	797,2	20,8
50–59	168,1	16,0	382,0	13,8	550,1	14,4
60–69	120,4	11,5	233,5	8,4	353,9	9,3
70–79	52,1	5,0	108,4	3,9	160,4	4,2
80–89	17,6	1,7	32,1	1,2	49,7	1,3
90+	2,6	0,3	4,1	0,2	6,7	0,2
TOTAL	1.052	100	2.775	100	3.827	100

Fonte: INE, 2010b

Dado o aumento observado na propriedade rural em Moçambique na primeira década do séc. XXI (Cunguara and Hanlon, 2010; Francisco and Muhorro, 2011), é fácil compreender as dificuldades e a vulnerabilidade crescente que os agricultores enfrentam.

Enquanto a distribuição da população mundial é relativamente igual no que diz respeito ao género, as mulheres estão sobre-representadas na população com 60 ou mais anos. De acordo com o World Economic and Social Survey (WESS) (UN, 2007, p. 26), por cada 100 mulheres idosas no mundo, há 82 homens idosos.

Não só a probabilidade das mulheres sobreviverem até aos 60 anos é mais elevada que a dos homens, como também a esperança de vida aos 60 anos é maior para as mulheres. Consequentemente, a proporção das mulheres tende a aumentar substancialmente à medida que se caminha para idades mais avançadas.

Em Moçambique, este fenómeno não é tão aparente. As mulheres mais velhas superam os homens em todos os grupos etários, mas, ao contrário do que foi observado para a população mundial como um todo, a proporção tende a diminuir entre todos os grupos etários de 60 ou mais anos, à excepção do grupo mais velho, isto é, pessoas com 80 ou mais anos, em que a proporção de mulheres continua a aumentar (ver Tabela 3).

Tabela 3 – Relação de género na população idosa – (homens por 100 mulheres) por grupo etário

Idade	2010	2050
55–59	98,8	99,0
60–64	98,8	99,0
65–69	98,7	99,0
70–74	98,7	98,8
75–79	98,6	98,5
80+	98,4	98,2

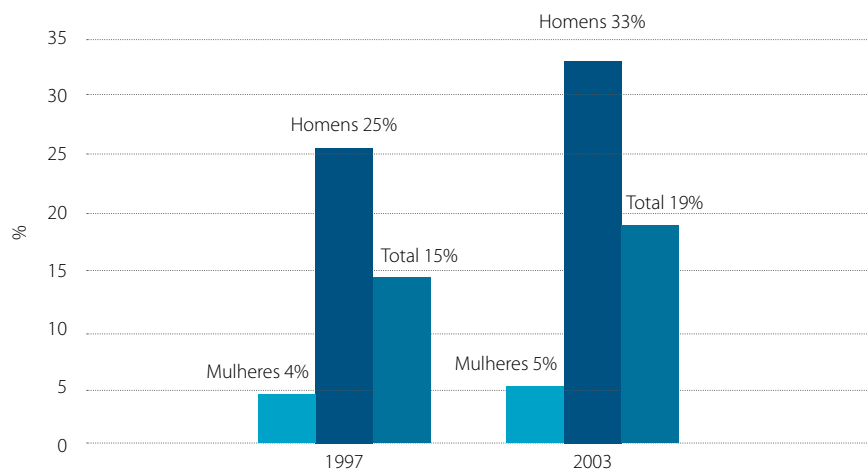
Fonte: INE, 2010b

O facto da proporção de mulheres idosas não ser muito mais elevada que a dos homens idosos, está relacionado com o facto de Moçambique ainda se encontrar nas fases iniciais da transição demográfica, como se explicou no capítulo anterior. A proporção de homens idosos em relação a mulheres idosas em Moçambique segue a tendência geralmente observada no mundo em desenvolvimento, onde as disparidades de género não implicam grandes discrepâncias no concernente à esperança de vida dos indivíduos.

A procura de uma perspectiva mais completa sobre as diferenças de género no segmento mais idoso da população moçambicana é, conseqüentemente, um grande desafio para o país com claros impactos em termos de políticas públicas.

A Figura 7 mostra as taxas de alfabetização¹⁴ dos idosos em Moçambique, dando outro exemplo das disparidades entre homens e mulheres. Mesmo que não tenhamos a intenção de, nesta fase, aprofundar a análise, é importante reconhecer a desigualdade entre os idosos Moçambicanos.

Figura 7 – Taxa de alfabetização entre os idosos (1997 e 2003)



Fonte: UNESCO Institute for Statistics (<http://stats.uis.unesco.org/>)

¹⁴ O conceito de alfabetização utilizado aqui é o mesmo utilizado pela UNESCO, que define a alfabetização como a habilidade de ler e escrever, com compreensão, uma declaração simples relacionada com a vida quotidiana. É um *continuum* de leitura e escrita, e muitas vezes inclui competências básicas de aritmética.

4. Agregados familiares com pessoas idosas

Como os agregados familiares constituirão a unidade principal da nossa análise à pobreza, vale a pena explorar alguns números básicos relativos à sua composição e localização.

A Tabela 4 mostra a proporção de agregados através de diferentes características. Enquanto as mulheres representam mais de 50 por cento do total da população, apenas 31 por cento dos agregados tinham uma mulher como chefe em 2007.¹⁵ Um padrão semelhante ocorre tanto nas áreas urbanas como nas rurais se analisadas separadamente.

Tabela 4 – Composição do agregado familiar por áreas urbana e rural (% de todos os agregados) (2007)

	Total (%)	Áreas urbanas (%)	Áreas rurais (%)
Chefiado por homem	68,9	70,6	68,2
Chefiado por mulher	31,1	29,4	31,8
Chefiado por idoso (60+)	14,3	11,2	15,5
Chefiado por idoso (65+)	9,7	7,2	10,7
Chefiado por idoso (70+)	5,9	4,3	6,6
Com idosos (60+)	17,2	14,6	18,2
Com idosos (60+) e crianças (0–14)	10,	9,4	10,3
Sem membros em idade de trabalhar (15–59)	5,5%	3,3	6,4

Fonte: INE censo à população, 2007

O censo de 2007 também revelou que 17,2 por cento dos agregados familiares em Moçambique têm pelo menos um idoso. Deve reter-se este facto quando discutirmos o impacto mais amplo das políticas públicas focadas nos idosos.

Outra característica importante dos agregados moçambicanos é o facto de 10 por cento dos agregados incluírem tanto um idoso (com 60 ou mais anos) como pelo menos uma criança (idade entre 0 e 14 anos). Apenas 5,5 por cento são agregados sem membros em idade activa (com idades entre 14 e 59 anos) ou agregados chefiados por crianças, que podem constituir um dos grupos mais vulneráveis do país.

¹⁵ O chefe do agregado familiares é a principal autoridade e é o responsável pelas principais decisões económicas do agregado.

Tabela 5 – Esquemas de vida das pessoas idosas em Moçambique (2007)

	Homem		Mulher		Total	
	Número	% de idosos	Número	% de idosos	Número	% de idosos
Idosos	438,761	47	498,100	53	936,861	100
Idosos a viver sozinhos	36,754	4	105,146	11	141,900	15
Idosos a viver com cônjuge	126,679	14	129,997	14	256,676	27
Idosos a viver apenas com cônjuge	36,220	4	36,220	4	72,440	8
Idosos a viver com crianças	270,955	29	273,837	29	544,792	58
Idosos a viver com crianças sem membros a trabalhar	27,173	3	66,149	7	93,322	10

Fonte: INE censo da população, 2007

A Tabela 5 explora as diferenças de género entre agregados com idosos. A Tabela 5 mostra que é muito mais comum encontrar mulheres idosas a viver sozinhas do que homens (11 por cento, comparado com quatro por cento de homens idosos). Outra conclusão surpreendente é que 10 por cento dos agregados com um idoso não contém um membro com idade para trabalhar. A percentagem de mulheres idosas a viverem apenas com crianças é mais do dobro que a dos homens: sete por cento e três por cento respectivamente.

Também é importante observar que os IOFs têm uma capacidade limitada para serem desagregados no que diz respeito à idade e género dos indivíduos. Esta limitação resulta do facto de os IOFs recolherem dados de um número relativamente pequeno de idosos. Isto significa que mais desagregação resulta em conjuntos de dados muito pequenos para produzir resultados estatisticamente significativos.

Tabela 6 – Composição dos agregados com idosos (2007)

	Agregados chefiados por idosos (%)	Com idosos (%)	Com idosos e crianças (0–14) (%)	Só com crianças e idosos (%)
Níassa	12,3	14,1	8,6	4,8
Cabo delgado	14,0	17,3	9,2	5,2
Nampula	12,6	14,2	8,1	5,4
Zambézia	11,9	13,6	7,3	4,8
Tete	14,2	16,0	8,9	5,7
Manica	14,5	18,5	12,5	4,1
Sofala	14,1	17,6	11,2	4,1
Inhambane	24,5	29,2	15,8	11,4
Gaza	22,2	29,4	18,1	9,5
Maputo Prov.	15,0	19,6	12,0	5,5
Maputo Cidade	11,4	16,0	11,3	1,9

Fonte: INE censo da população, 2007

As diferenças regionais podem ser ainda mais pronunciadas. Em Inhambane e Gaza, por exemplo, agregados com apenas idosos e crianças representaram 11,4 por cento e 9,5 por cento dos agregados das províncias respectivamente (ver Tabela 6). Em cada região há mais agregados com ambos crianças e idosos do que há agregados sem continuidade geracional, com grandes

diferenças entre as regiões. Na Zambézia 7,3 por cento dos agregados contêm ambos idosos e crianças, enquanto em Gaza este número está próximo dos 20 por cento (ver Tabela 6). O número de agregados com idosos ultrapassa o número de agregados chefiados por idosos em cada região.

Sem mais investigação em profundidade não é possível identificar a raiz destas diferenças regionais. O objectivo aqui era simplesmente levantar a questão, e utilizar esta informação de fundo como suporte à análise à pobreza que se segue.

PARTE II

São os idosos moçambicanos
menos pobres que a restante
população?

São os idosos moçambicanos menos pobres que a restante população?

“ Como podemos dizer que somos respeitadas quando somos chamadas bruxas? ”
Moçambique rural (UNFPA and HelpAge International, 2012, p. 152)

Ainda que a pobreza seja uma ideia geralmente reconhecida, a sua conceptualização em termos de indicadores e a sua utilização na elaboração de políticas é uma questão complexa e controversa. O debate conceptual tem uma longa história e é impulsionado pelo desenvolvimento de novas ferramentas e métodos.¹⁶

Mas, se bem que a pobreza seja um conceito complexo, é claro que tem um efeito profundo na população de Moçambique e é um dos mais importantes desafios que enfrenta a política pública no país. Um dos indicadores mais comuns para medir a pobreza é a incidência da pobreza, que visa medir o número de pessoas que vivem abaixo de uma determinada linha de pobreza. As estimativas oficiais da pobreza para Moçambique medem a capacidade de um agregado satisfazer as suas necessidades mais básicas através de um indicador de consumo. A incidência da pobreza com base no consumo baseia-se no IOF, que é realizado pelo INE e pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento de seis em seis anos. O terceiro, e mais recente, inquérito foi realizado em 2008/09 (Alfani et al., 2012; DNEAP, 2010).

“Consumo” inclui os alimentos e não-alimentos, mas omite os serviços públicos e serviços produzidos em casa. Uma metodologia do custo das necessidades básicas é então aplicada. Esta metodologia consiste no desenvolvimento de uma cesta básica de alimentos considerada suficiente para as necessidades calóricas básicas (o conteúdo calórico de cada cesta depende da composição demográfica da região, mas em média é de cerca de 2.150 calorias por dia em Moçambique). O custo desta cesta representa a linha de pobreza alimentar (DNEAP, 2010).

Uma linha de pobreza não-alimentar é obtida através da análise da parte da despesa total alocada para bens não-alimentares das famílias que vivem perto da linha de pobreza alimentar. A linha geral da pobreza é então calculada como a soma das linhas de pobreza alimentar e não-alimentar. Como sublinhado por Kelly (2011) a linha de pobreza representa um padrão de vida extremamente básico.

Haughton e Khandker (2009) observam que a maior virtude do índice de incidência da pobreza é que é fácil de construir e de compreender, mas por outro lado a medida tem pelo menos três fraquezas: (i) o índice de incidência da pobreza não considera a profundidade da

16 Para um debate mais alargado consulte: Hunt et al. (2004), Anand and Sen (1997), Alkire and Foster (2011), and Estivill (2003).

pobreza; (ii) o índice de incidência da pobreza não indica quão pobres os pobres são, e consequentemente não muda se as pessoas abaixo da linha de pobreza ficarem mais pobres. E ainda, a forma mais fácil para reduzir o índice de incidência da pobreza é de direccionar benefícios a pessoas logo abaixo da linha da pobreza, uma vez que requerem o menor investimento para se tornarem “não-pobres”. Mas, na maioria dos padrões normativos, as pessoas logo abaixo da linha de pobreza não são as mais necessitadas; e (iii) as estimativas da pobreza deviam ser calculadas para os indivíduos e não para os agregados. Se 20 por cento dos agregados são pobres, poderá dar-se o caso de 25 por cento da população ser pobre (se os agregados pobres forem grandes) ou 15 por cento serem pobres (se os agregados pobres forem pequenos).

A metodologia adoptada pelo Governo de Moçambique para o cálculo da sua linha de pobreza nacional baseia-se em cestas de alimentos específicos por província, uma abordagem que foi recentemente questionada em um estudo publicado pelo Banco Mundial. De acordo com Alfani et al. (2012) os números oficiais do governo sobrestimam as taxas de pobreza nas províncias do Sul de Moçambique e áreas urbanas enquanto simultaneamente subestimam a prevalência da pobreza nas regiões centro e Norte e nas zonas rurais de todo o país.

Os mesmos autores reconhecem que erros de medição estão sempre presentes nos dados dos inquéritos aos agregados, mas um estudo recente, Carr-Hill (2013) vai mais longe. Apresentando uma perspectiva crítica na análise à pobreza, Carr-Hill esclarece as limitações dos dados dos inquéritos aos agregados familiares na obtenção de informação sobre os mais pobres dos pobres porque omitem, por concepção, os sem-abrigo, os institucionalizados, e as populações móveis, nómadas e dedicadas à pastorícia.

Tendo presente este debate, optámos por uma abordagem mista para investigar a pobreza dos idosos. Considerando a falta de informação sobre as condições de vida dos moçambicanos idosos decidimos primeiro construir indicadores que possam ser directamente comparáveis aos dados oficiais existentes, tanto nacional como internacionalmente: (i) a Linha Oficial de Pobreza (LOP) calculada pelo governo de Moçambique (DNEAP, 2010); (ii) a Linha de Pobreza Recalculada sugerida pelo Banco Mundial (LPRBM)¹⁷ (Alfani et al., 2012); e (iii) a “linha internacional da pobreza”, que actualmente está fixada em US\$ 1.25 (PPP) por dia (UNDP, 2013).

Utilizar o consumo como medida da pobreza tem valor, mas ela é influenciada por factores de curto e longo prazo. Uma família em melhor situação comparativa, que recentemente experienciou um choque financeiro, por exemplo, pode optar por restringir o consumo no curto prazo. Por esta razão, os dados de consumo devem ser complementados por uma medida que permita compreender o nível dos rendimentos de um agregado familiar, a médio e longo prazo.

Para muitos agregados familiares, o investimento em activos, que possa proporcionar uma protecção contra choques inesperados e tensões, bem como levar a benefícios económicos, é muito importante. Neste sentido, seria razoável supor que as pessoas idosas, com mais anos de possibilidade de poupança e acumulação de activos, possuam mais activos do que o resto da população. Será este o caso em Moçambique?

Antes de tentar responder a esta questão, explorando os dados disponíveis, deve-se reconhecer que a hipótese acima referida ignora os acontecimentos históricos e contextos (por exemplo, guerra, crises económicas, o impacto das políticas públicas em diferentes grupos da população, etc.) Estas influências dificilmente podem ser capturadas pelos dados estatísticos dos censos populacionais e outras pesquisas nacionais.

¹⁷ Neste estudo, a taxa de pobreza é calculada com base apenas no conjunto de dados do IOF, enquanto a análise da pobreza do Banco Mundial decorre dos resultados de ambos os dados do IOF e Censo da população do INE de 2007. Por conseguinte, existe uma pequena diferença entre os indicadores aqui obtidos e os resultados do estudo do Banco Mundial, mas essencialmente a metodologia e linha de pobreza são as mesmas que as utilizadas no estudo do Banco Mundial.

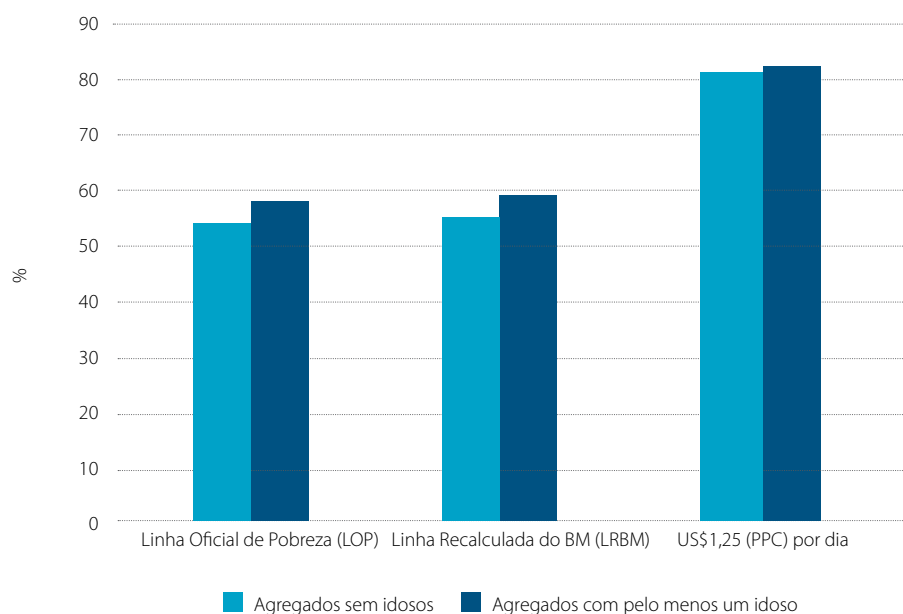
5. Estimativas da pobreza baseadas no consumo

Em termos gerais a pobreza mantém-se elevada em Moçambique. Utilizando a Linha Oficial de Pobreza (LOP), mais de 54 por cento da população é pobre (Alfani et al., 2012; DNEAP, 2010). Como veremos, esta percentagem pode mudar quando se aplicam diferentes metodologias.

A Figura 8 compara as taxas de pobreza de 2008 dos agregados com e sem idosos utilizando três linhas de pobreza – LOP, Linha de Pobreza Recalculada pelo Banco Mundial (LPRBM) e a linha de pobreza internacional. Em todos os três casos, os agregados com idosos eram mais pobres, em média, que os agregados sem pessoas idosas. Esta diferença é distinta entre todas as metodologias.

De acordo com a LOP, como utilizada pelo governo, 58 por cento dos agregados com idosos em Moçambique estão a viver abaixo da linha da pobreza, comparados com 54 por cento para a população em geral. Utilizando a LPRBM obtêm-se resultados semelhantes, com taxas de pobreza de 60 por cento para os agregados com idosos e 55 por cento para agregados sem idosos. Da LPRBM também resulta uma diferença ligeiramente maior (1 ponto percentual) entre os dois grupos (Alfani et al., 2012).

Figura 8 – Taxas de incidência da pobreza: agregados com e sem idosos (2008)



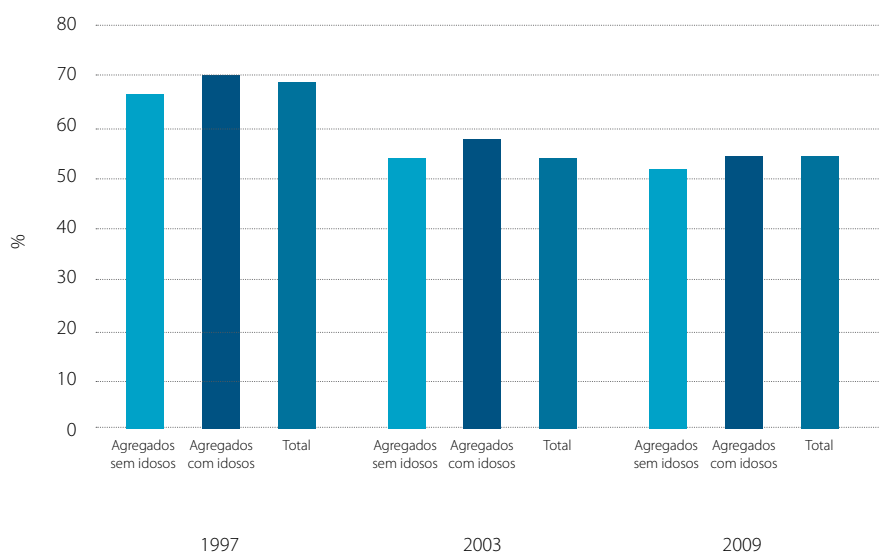
Fonte: IOF 2008/2009

As diferenças nas taxas de pobreza de agregados com e sem idosos são menos pronunciadas quando se considera a linha de pobreza internacional de PPP US\$1,25 por dia. Cerca de 82 por cento dos agregados com idosos, comparados com 81 por cento dos agregados sem idosos, encontravam-se abaixo da linha de pobreza internacional.

Embora a pobreza em 2008 tenha permanecido elevada, deve-se assinalar que registou uma melhoria em relação à década anterior. Utilizando a LOP, a Figura 9 compara as taxas de pobreza para agregados com e sem idosos em 1997, 2003 e 2008.

A Figura 9 mostra uma diminuição significativa no número de famílias que vivem abaixo da linha da pobreza, reduzindo de 67 por cento em 1997 para 54 por cento em 2003.¹⁸ A percentagem de agregados tanto com como sem idosos a viver abaixo da linha de pobreza diminuiu durante o mesmo período. Esta redução, no entanto, foi ligeiramente menos pronunciada para agregados com idosos, indo de 70 por cento em 1997 para 58 por cento em 2003. De 2003 a 2008 esta tendência de redução de pobreza abrandou drasticamente, com agregados com idosos a continuarem a ser mais pobres que o resto da população e o fosso entre agregados com e sem idosos praticamente inalterado.

Figura 9 – Taxas de incidência da pobreza (LOP): agregados com e sem idosos (1997, 2003 e 2008)



Fonte: IOF 2008/2009

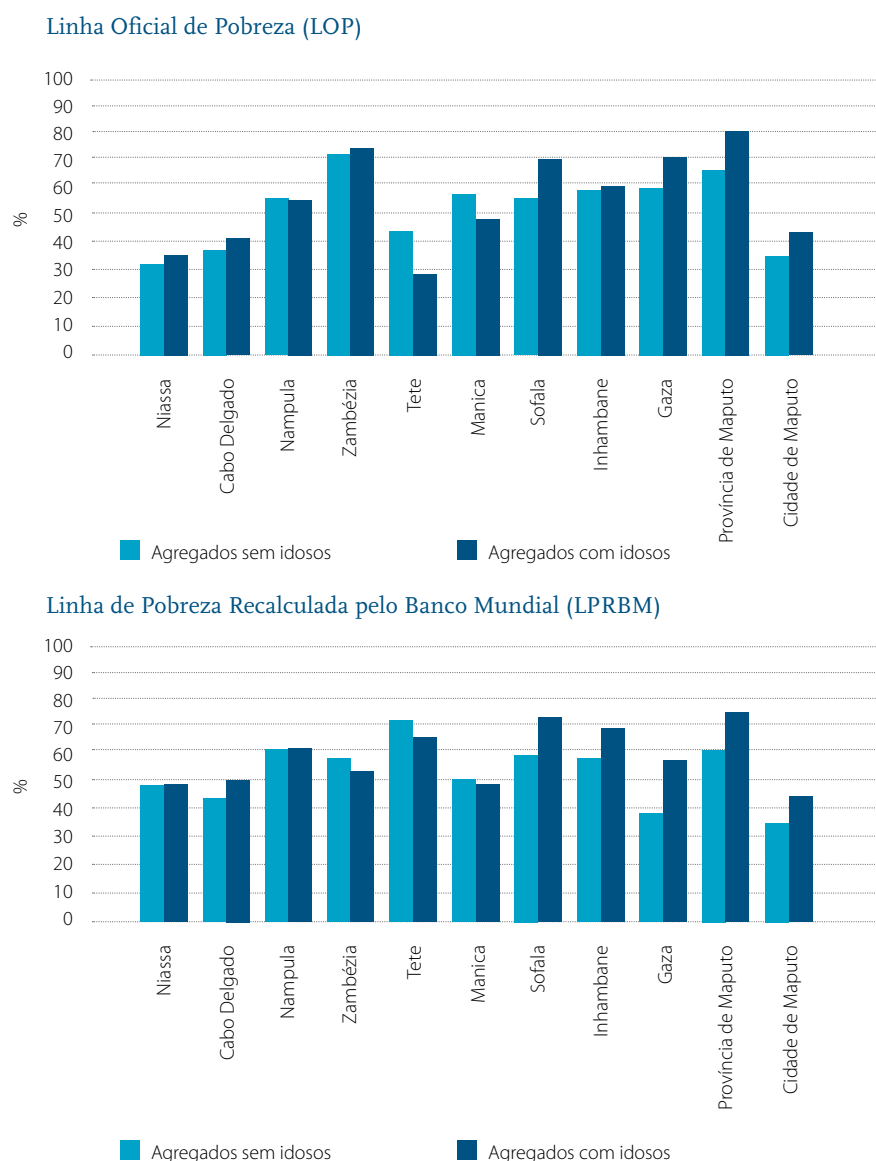
O facto da dimensão do hiato da pobreza permanecer inalterável, enquanto a população dos idosos em Moçambique está a aumentar, sugere que aqueles que entram na velhice não estão em melhor situação em relação ao grupo já existente de idosos. Sugere ainda que embora a população de idosos em Moçambique esteja a aumentar, ela não está a enriquecer – o que terá impactos significativos nas taxas de pobreza no futuro. A um nível nacional, esta falta de melhoria nas condições de vida dos idosos moçambicanos poderá ser um dos principais factores a influenciar a lenta redução da taxa de pobreza observada na década passada.

18 Entre 2003 e 2008, a taxa de pobreza permaneceu a mesma, em 54 por cento.

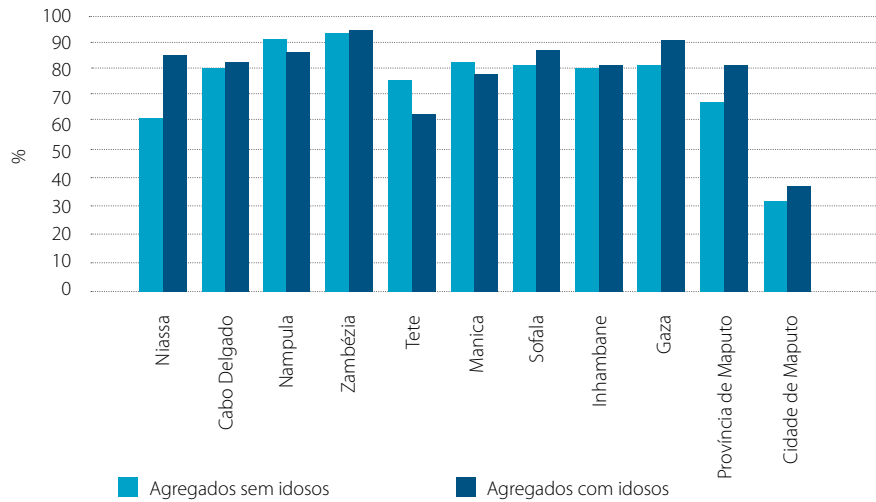
A dimensão territorial do país, que cobre cerca de 801,590km², e as grandes diferenças entre regiões em termos de densidade populacional e desenvolvimento económico, também influenciaram as taxas de pobreza.

A Figura 10 utiliza três linhas de pobreza para comparar as taxas de pobreza de agregados com e sem idosos nas onze províncias de Moçambique. Mais uma vez, verificamos que a linha de pobreza internacional apresenta resultados visivelmente diferentes de ambas a LOP e a LPRBM. Contudo, também encontramos grandes diferenças nas taxas de pobreza da Zambézia, Tete e Gaza quando comparamos a LOP e a LPRBM.

Figura 10 – Taxas de incidência da pobreza: agregados com e sem idosos por província (%) (2008)



US\$1,25 (PPC) por dia/ linha de pobreza internacional



Fonte: IOF 2008/2009

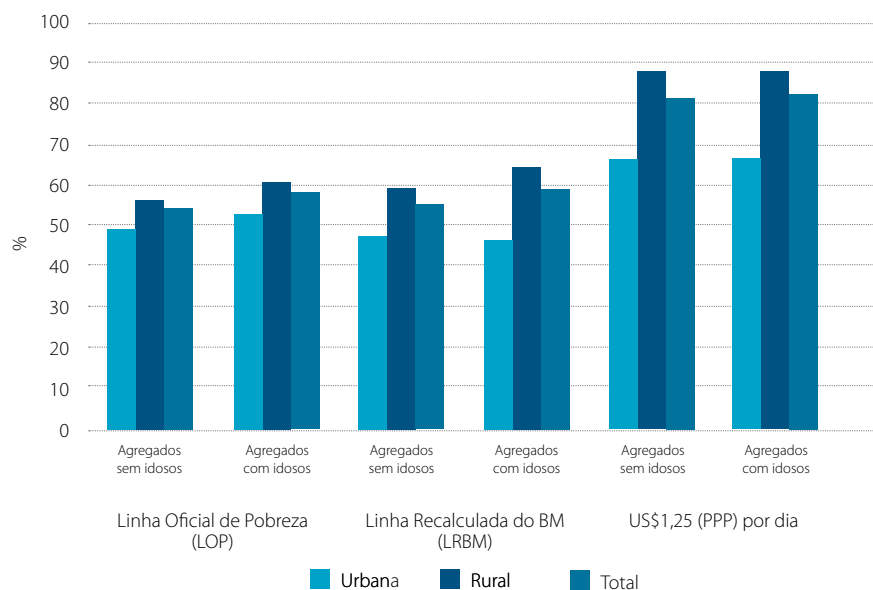
Utilizando a LOP, a Zambézia, a província mais populosa de Moçambique, e a Província de Maputo, sobressaem como possuindo as taxas mais elevadas de agregados a viver abaixo da linha da pobreza. Em ambos os casos, a parcela de agregados com idosos a viver abaixo a linha de pobreza é mais elevada que a dos agregados sem idosos. Em termos mais amplos, foi este o caso para oito das onze províncias.

Sofala, Gáza e Província de Maputo, sobressaem como tendo uma taxa superior à média na parcela de agregados a viver abaixo da linha de pobreza. Também é de notar que, nestas províncias, a percentagem de agregados com idosos a viver abaixo da linha de pobreza é marcadamente mais elevada que a dos agregados sem idosos.

Contudo, verificamos que este padrão não é repetido em todas as províncias. Nas províncias de Tete e Manica, no interior de Moçambique, agregados com idosos são menos pobres que os outros agregados. Esta é uma descoberta interessante que deveria ser explorada em projectos de investigação futuros.

Para além da análise por províncias, observamos também que as taxas de pobreza das áreas urbanas e rurais podem variar muito. A Figura 11 compara as três linhas de pobreza para agregados com e sem idosos em áreas urbanas e rurais.

Figura 11 – Taxas de incidência da pobreza: agregados com e sem idosos por área urbana/rural (2008)



Fonte: IOF 2008/2009

A Tabela 11 mostra que a diferença nos níveis de pobreza entre agregados com e sem membros idosos é maior nas áreas rurais do que nas urbanas. Agregados com idosos têm taxas mais elevadas de pobreza nas áreas rurais quando comparados com agregados sem idosos.

Utilizando a LOP, verificamos que 60 por cento de agregados com idosos a viver em áreas rurais estão abaixo da linha da pobreza, enquanto para os agregados a viver em áreas rurais sem idosos este número era de 56 por cento.

Enquanto as desigualdades entre os contextos urbano e rural são geralmente reconhecidas, temos agora também forte evidência de desigualdade entre diferentes grupos etários que podem contribuir para uma melhor compreensão das dinâmicas de pobreza em Moçambique.

Para resumir as principais conclusões desta secção, destaca-se que a incidência da pobreza baseada no consumo tem mostrado que, em Moçambique, os agregados com pessoas idosas são, em geral, mais pobres do que o resto da população, um efeito que é amplificado quando estes agregados estão localizadas em áreas rurais.

6. Bem-estar e pobreza: o índice de activos (bens duráveis)

Utilizando dados do Censo da população de 2007, criamos um indicador baseado na metodologia de Morris. Para cada agregado no censo, foi atribuído um a variável “dummy” (instrumental) que considerou a presença, ou não, de activos.¹⁹ O valor de 1 foi atribuído quando se verificava a presença, ou posse, de um activo de boa qualidade. O valor de 0 foi atribuído em todas as outras situações.

O Índice de Morris foi então calculado como a soma destas variáveis (X) multiplicada pelo peso (W) igual ao inverso da média da variável (ou seja, a frequência com que o variável “dummy” reporta 1).

$$\text{Índice de Morris} = \sum_{i=1}^N X_i * W_i, \text{ onde } W_i = \frac{1}{X_i}$$

Esta metodologia proporcionou-nos não só uma medida [*proxy*] alternativa para analisar a pobreza, mas também a oportunidade de examinar a pobreza utilizando uma fonte de dados diferente do Censo da população de 2007, que fornece informação geográfica mais precisa que a dos IOFs. Também é importante reconhecer que este método depende de pressupostos, cujas implicações serão discutidas mais à frente.

Devido às limitações dos dados utilizados, o objectivo de avaliar os activos dos agregados só pode ser parcialmente atingido. Os dados disponíveis não têm informações sobre activos importantes tais como terrenos, bens imóveis, ou activos financeiros. Por esta razão fazemos a distinção entre “activos”, como se encontram na literatura, e “bens duráveis”. Aqui, quando nos referimos a cabaz de activos, referimo-nos apenas a bens duráveis e não à gama mais ampla de produtos que incorporam os activos.

Como previamente explorado, enquanto as medidas da pobreza baseadas no consumo podem contribuir para uma melhor compreensão sobre o bem-estar dos idosos, têm também uma série de limitações.

Da mesma maneira, o Índice de Morris, também tem as suas limitações. Pode, por exemplo, olhar para activos com qualidades diferentes como iguais, ou desconsiderar diferenças regionais importantes em termos do custo de vida. Também assume que a distribuição de activos entre os membros do agregado é igual, enquanto percepções generalizadas sugerem que os membros mais velhos dos agregados recebem menos, ou decidem dar mais aos membros mais jovens.

¹⁹ Os activos incluíam fontes de água, materiais das paredes, materiais do chão, materiais do telhado, casas de banho, electricidade, veículos, rádios, computadores, bicicletas, televisões, gado, ovelhas ou cabras, e galinhas.

A escolha de quais os activos a considerar tem também um impacto importante nos resultados. Em Moçambique, por exemplo, não pudemos utilizar nem activos financeiros, por uma série de razões, incluindo baixa cobertura de contas bancárias, ou activos como terrenos, simplesmente porque a constituição moçambicana proíbe a propriedade privada da terra.

O Índice de Morris pode também dar-nos uma perspectiva diferente em termos de tempo. Medidas de pobreza baseadas no consumo têm uma forte visão de curto prazo, ou seja, analisam o consumo dos agregados num ano específico. A abordagem dos activos, conseqüentemente, pode ter a vantagem de uma visão a mais longo prazo. As medidas baseadas no consumo são menos influenciadas por acontecimentos ocorridos um ou dois anos antes da recolha de dados. Um acontecimento invulgar, por exemplo uma colheita particularmente má, pode ter uma forte influência nos resultados do inquérito. Contudo, para os activos, o impacto de tais acontecimentos imprevisíveis tem menor influência.

6.1 Semelhanças nacionais, disparidades regionais e locais

A Tabela 7 compara a percentagem de agregados com e sem idosos de acordo com os quintis de activos. O primeiro quintil representa os 20 por cento da população que possui o menor número de activos, enquanto o quinto quintil representa aqueles que têm a maior número de activos. Supõe-se geralmente que, tendo vivido mais tempo, as pessoas mais velhas teriam mais capacidade de acumular activos e, portanto, que as famílias com pessoas idosas teriam mais recursos que o resto da população. A Tabela 7, no entanto, demonstra que este não é o caso.

Agregados com idosos de acordo com o índice de activos tem mais probabilidades de estar no primeiro quintil, com 22,8 por cento de agregados com pelo menos uma pessoa de 60 ou mais anos pertencem aos 20 por cento mais pobres da população. Isto compara-se com os 19,4 por cento de agregados sem idosos. Pode-se dizer, neste caso, que agregados com idosos têm menos activos que o resto da população.

Tabela 7 – Distribuição dos agregados com e sem idosos de acordo com os activos (2007)

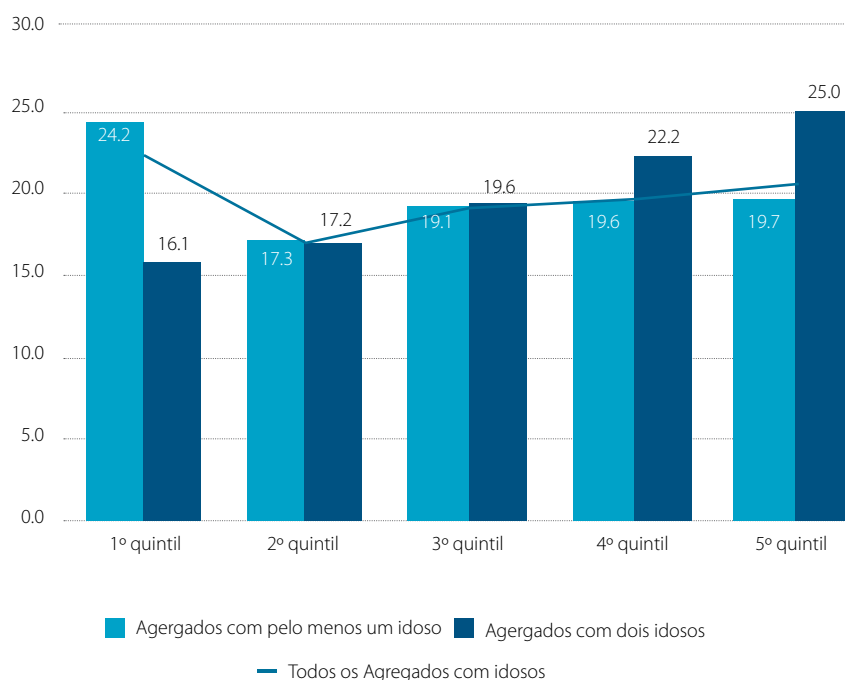
	Agregados sem idosos (%)	Agregados com idosos (%)
1º quintil	19,4	22,8
2º quintil	20,6	17,3
3º quintil	20,2	19,2
4º quintil	20,0	20,1
5º quintil	19,9	20,7

Fonte: INE censo da população, 2007

E ainda, embora possa ser verdade que o primeiro e segundo quintis vivam abaixo da linha de pobreza em Moçambique, os agregados com idosos tendem a ficar colocados entre os mais pobres dos pobres. Os agregados com idosos estão sobre representados no primeiro quintil mas sub-representados no segundo quintil.

Outra observação interessante é que, embora os agregados com um idoso sejam em geral mais pobres, em termos de activos, que os agregados sem idosos, os agregados com dois membros idosos estão relativamente em melhor situação. A Figura 12 mostra que 24,2 por cento de agregados com um idoso encontra-se no primeiro quintil no índice de activos, quase mais 5 pontos percentuais do que a proporção de agregados sem idosos.

Figura 12 – Distribuição de agregados com um ou dois idosos de acordo com o quintil de activos (2007)



Fonte: INE censo da população, 2007

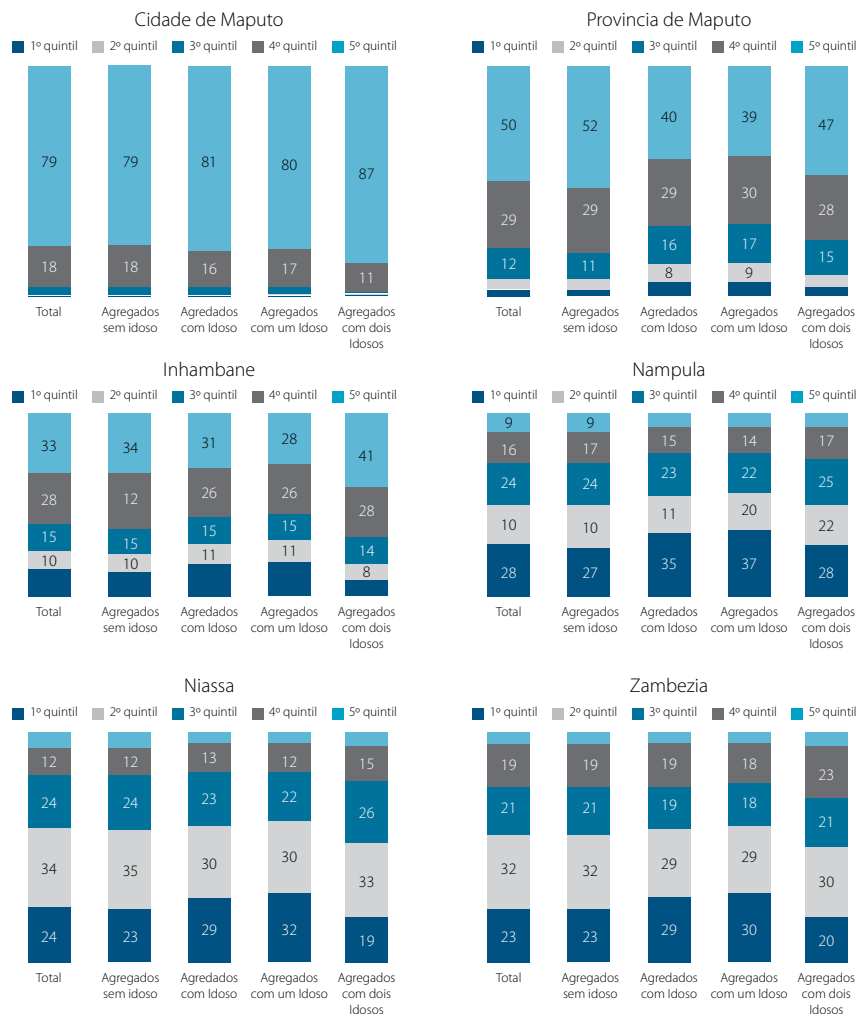
A nível nacional, a análise dos níveis de bem-estar e da pobreza, baseada nos bens duráveis do agregado, levou a resultados semelhantes aos encontrados em investigação anterior. No entanto, encontraram-se diferenças quando os dados foram desagregados por área, por exemplo, ao longo de linhas urbanas e rurais, ou Posto Administrativo.²⁰ A Figura 13 ilustra a disponibilidade de bens duráveis em seis províncias de Moçambique.²¹ As nossas conclusões, para todas as províncias em Moçambique, estão mais consistentes com estimativas da nova distribuição de pobreza do Banco Mundial.

O Índice de Morris revela que os agregados com idosos estão sobre-representados no primeiro quintil a nível nacional. Além disso, quando desagregados por níveis regional e especialmente local, as diferenças tornam-se mais evidentes. Por exemplo, a Figura 13 retrata as semelhanças entre Nampula, Niassa e Zambézia. Estas províncias, no entanto, contrastam fortemente com Maputo cidade onde os agregados com um ou dois idosos no quinto quintil possuem entre 80 e 87 por cento dos bens duráveis. Da mesma forma, os resultados de Maputo província e Inhambane demonstram que o quinto quintil da população possui significativamente mais bens duráveis do que os outros quintis, embora a disparidade seja menos impressionante do que a encontrada em Maputo cidade.

²⁰ Um *Posto Administrativo* é uma unidade administrativa do governo – há várias em cada distrito.

²¹ Os seis exemplos apresentados aqui foram seleccionados para ilustrar as províncias mais populosas, ou as distribuições mais extremas.

Figura 13 – Distribuição de agregados com e sem idosos de acordo com o quintil de activos (2007)



Fonte: INE censo da população, 2007

6.2 A pobreza através de uma lente baseada nos activos

O Índice de Morris faz parte de um crescente corpo de investigação conhecido como a abordagem baseada em activos, que compreende um conjunto de índices de activos na análise do bem-estar para explorar os padrões de vida nos países em desenvolvimento, que pode ser visto como um complemento, ou mesmo uma alternativa, à abordagem da despesa *per capita*. Como Morris et al. (2000) assinalam, esta abordagem baseada em activos é preferível a uma inclusão de características dos agregados *ad hoc*, e é consideravelmente mais simples de implementar que os métodos mais complexos que comumente se encontram na investigação económica.

Uma das maiores vantagens dos dados dos censos é o facto de eles fornecerem informação muito mais detalhada com respeito à localização e composição dos agregados. Por esta razão viramo-nos agora para a distribuição espacial dos agregados com idosos, e dentro destes, a

distribuição daqueles no quintil mais pobre como calculado pelo índice de activos. Antes de avançar com a análise é importante ter presente que: (i) a dimensão dos *Postos Administrativos* não correspondem à densidade populacional; e (ii) o primeiro quintil corresponde a uma presença muito limitada de bens duráveis.

O Mapa 1 (Anexo 2) compara a parcela de agregados com idosos por Posto Administrativo. As áreas verdes representam as áreas com maior parcela de agregados com pelo menos uma pessoa idosa, enquanto as áreas vermelhas representam as áreas com o menor número de agregados com pessoas idosas. O mapa ajuda-nos a visualizar a enorme diferença entre as regiões do Sul e do Centro-Norte em termos de composição dos agregados. Nalgumas áreas de Maputo província, quase 50 por cento dos agregados têm pelo menos uma pessoa idosa enquanto nalgumas áreas da Zambézia e Nampula, a parcela é tão baixa como 5 ou 10 por cento.

Há diferentes hipóteses que podem explicar esta diferença, mas investigação publicada por IDS (2011) lança luz sobre as enormes diferenças que persistem em termos de taxas de fecundidade entre as províncias e regiões. Enquanto a população do Sul já está a atingir uma fase avançada da sua transição demográfica, com as taxas de fecundidade próximas da taxa de reposição da população, o Norte experienciou um aumento das taxas de fecundidade.

O Mapa 2 combina a composição do agregado familiar com os dados do índice de activos. Demonstra a densidade dos agregados familiares com pessoas idosas, que também pertencem ao primeiro quintil da distribuição de activos; por outras palavras, os agregados com menor número de activos.

O Mapa 2 dá uma perspectiva diferente do Mapa 1, não só quanto às diferenças regionais, mas também quanto às diferenças dentro das próprias províncias. Revela uma forte diferença entre os agregados das regiões centro-Norte e Sul.

Na faixa costeira no Norte de Moçambique mais de 45 por cento dos agregados com idosos pertencem ao primeiro quintil da distribuição de activos, enquanto menos de 15 por cento dos agregados com idosos no Sul pertencem ao primeiro, ou ao “mais pobre” dos quintis.

Em Cabo Delgado, a província mais a Norte de Moçambique, a parcela de agregados familiares observados no primeiro quintil foi de 30 por cento, mas quando consideramos unicamente os agregados com idosos, esta parcela aumenta para 34 por cento, enquanto para os agregados sem idosos a parcela é de 29 por cento (ver na Tabela 16 no Anexo 2).

Outro exemplo é o Niassa, que partilha a fronteira oriental com Cabo Delgado, onde a diferença é ainda maior. A parcela de agregados com idosos no primeiro quintil é 5 pontos percentuais mais elevada do que a parcela da população total da província (ver Tabela 23 no Anexo 2).

O Mapa 2 revela ainda que quase 30 por cento dos agregados com idosos na província central e costeira da Zambézia pertencem ao primeiro quintil. Embora a parcela de agregados com idosos na Zambézia seja menor do que a encontrada nas províncias do Sul, é importante recordar que é a província mais populosa de Moçambique, e também a província com o maior número de idosos em termos absolutos (ver Tabela 26 no anexo).

Finalmente, o Mapa 3 mostra a diferença entre a parcela de agregados familiares com idosos e a população total pertencente ao primeiro quintil do índice de activos. As áreas a vermelho representam uma diferença que varia de 1 a 10 pontos percentuais. Por outras palavras, agregados com idosos são mais susceptíveis de ser extremamente pobres em activos do que a população em geral. Os poucos Postos Administrativos a verde que se veem no Mapa 3 representam o oposto, isto é, situações em que os agregados com idosos estão em melhor situação do que a população em geral.

PARTE III

Pensão universal de velhice
como uma ferramenta de
desenvolvimento

Pensão universal de velhice como uma ferramenta de desenvolvimento

“ Benefícios destinados exclusivamente para os pobres muitas vezes acabam por se converter em benefícios pobres. ”
Amartya Sen (in Van de Walle and Nead, 1995)

Moçambique está agora numa encruzilhada. Não sendo mais “o menino querido dos doadores”, existe um sentimento crescente de ansiedade colectiva em relação ao potencial de recursos financeiros provenientes da exploração das reservas naturais de gás, carvão e outros recursos naturais.

Actualmente, o debate sobre protecção social assistencialista em Moçambique está armadilhado, tanto por uma ideia dominante e particular de protecção social como pela suposição geral de que existem recursos fiscais limitados. Voltaremos a este debate mais adiante, mas esta ideia é geralmente associada à tributação dos recursos naturais que tem sido vista por alguns como a principal solução para todos os problemas de Moçambique.

As pensões sociais²² têm sido usadas como uma ferramenta política de sucesso para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento. Ao impedir que as pessoas caiam na pobreza e ao capacitar aqueles que são pobres a escapar da armadilha da pobreza, as pensões sociais são agora geralmente reconhecidas como um instrumento fundamental para promover o crescimento económico sustentável e resiliente (Holzmann et al., 2009; ILO and IMF, 2012; IMF, 2011).

Há muitos exemplos de pensões sociais de sucesso de todo o mundo. Desde o Old Age Grant (*Garantia da Velhice*) na África do Sul, ao Programa do Seguro Social Rural no Brasil, e ao The Universal Coverage Scheme (*Esquema de Cobertura Universal*) na Tailândia, a decisão de investir em pensões sociais tem-se mostrado uma opção eficaz para fortalecer a economia e reduzir a pobreza (Holmqvist, 2010; Holzmann et al., 2009; Lee et al., 2013; Lv et al., 2011)

“Um Piso de Protecção Social para uma Globalização Equitativa e Inclusiva” (Bachelet et al., 2011), o Relatório do Grupo Consultivo sobre o Piso de Protecção Social, é um marco importante para o debate internacional sobre protecção social. Validado pelo Conselho de Coordenação dos Chefes Executivos das Nações Unidas e pelos Chefes de Estado e do Governo na Cimeira do

22 As pensões sociais são transferências não contributivas em dinheiro pagas regularmente aos idosos ou outros grupos alvo.

Desenvolvimento do Milénio de 2010, é um conjunto integrado de políticas sociais desenhado para garantir a segurança do rendimento e do acesso aos serviços sociais essenciais para todos.

O conceito de piso de protecção social é parte de uma estratégia bidimensional para o alargamento da segurança social, compreendendo um conjunto básico de garantias sociais para todos (uma dimensão horizontal), e a implementação gradual de padrões mais elevados (uma dimensão vertical).

Os autores chamam a atenção para o facto do conceito de piso de protecção social não dever ser nem prescritivo nem constituir um padrão universal. Com efeito, é uma abordagem de política adaptável que deverá ser dirigida pelos países e sensível às necessidades, prioridades e recursos nacionais. Voltaremos a esta discussão adiante.

No que diz respeito à questão específica das pensões sociais direccionadas aos idosos, ou à transferência de rendimentos na idade da reforma, Kakwani and Subbarao (2005) destacam o facto de, em muitos países africanos de baixos rendimentos, três factores estarem a colocar um peso indevido nas pessoas idosas: (i) o fardo sobre a população idosa aumentou enormemente com o aumento da mortalidade de adultos em idade activa, devido ao HIV / SIDA e aos conflitos regionais; (ii) a tradicional rede de segurança da família alargada tornou-se ineficaz e pouco confiável; e (iii) nalguns países, os idosos são cada vez mais chamados a assumir a responsabilidade da família, e a tornarem-se os principais provedores e cuidadores das crianças.

Kidd e Whitehouse (*in* Holzmann et al., 2009) também argumentam que, ao não se ter em conta a distribuição do rendimento intra-agregado familiar, as medidas agregadas escondem o facto de as pessoas idosas nos agregados não pobres poderem também experienciar a pobreza. Além disso, os idosos são particularmente vulneráveis à doença ou deficiência. À medida que envelhecem, tendem a tornar-se ainda mais pobres.

Willmore (2007) argumenta que pensões universais não contributivas, protegem automaticamente toda uma população, de uma maneira que as pensões contributivas, públicas ou privadas, nunca conseguem. Para além disto, como observado por Niño-Zarazúa et al. (2010), o envolvimento da comunidade utilizado na execução de programas de pequena escala ou piloto podem muito bem revelar-se inadequados em programas de grande escala, o que reforça mais uma vez a importância de respostas políticas lideradas pelo Estado.

Willmore também argumenta que, estrategicamente, seria preferível prosseguir com a universalidade e uma pensão modesta, em vez do critério dos recursos e uma pensão generosa. Actualmente em Moçambique nenhuma destas abordagens são o caso (ver Caixa 1), com uma pensão insuficiente fornecida a um grupo pequeno, e não necessariamente o mais necessitado.

Noutro trabalho Willmore (2004) analisa a pensão social universal nas Maurícias. O autor observa que, apesar das Maurícias terem adoptado uma pensão universal por acidente e não por concepção, ficou claramente demonstrado que pensões básicas para todos não são apenas teoricamente desejáveis; elas são também acessíveis e politicamente exequíveis num país em desenvolvimento.

Há várias outras razões para defender uma pensão social universal para os idosos em Moçambique, mas nós escolhemos acabar esta secção destacando a melhoria potencial que uma pensão social universal pode ter na vida dos trabalhadores rurais. Verificou-se que os benefícios pagos em áreas rurais têm três impactos: aumento da protecção da vida, aumento da despesa dos agregados familiares e aumento da segurança agrícola, que gera rendimento adicional (Delgado and Cardoso Junior *in* Camarano, 2004, pp. 293–321).

Caixa 1: Mecanismos de protecção social vigentes em Moçambique

Nos últimos cinco anos, o Governo de Moçambique aprovou uma série de documentos legislativos e políticos que enquadram a abordagem nacional à protecção social (Selvester, Fidalgo, and Tambo, 2012). A Regulação da Lei foi aprovada em 2009 (Decreto 85/2009) e a Estratégia Nacional para a Segurança Social Básica 2010-2014, foi aprovada pela resolução 17/2010 do Conselho de Ministros (GdM, 2010). Um beneficiário da pensão do sistema contributivo recebe em média 8 meticais (US\$0,30) diariamente, ou seja, US\$9 por mês (FDC and UNICEF, 2011).

A Lei de Protecção Social, aprovada em Fevereiro de 2007, estruturou o sistema de protecção social à volta de três pilares fundamentais: (i) O Subsistema Obrigatório de Segurança Social, implementado pelos Ministérios do Trabalho e das Finanças; (ii) O Subsistema Básico de Segurança Social (BSSS), implementado pelo Ministério da Mulher e Acção Social; e (iii) Segurança Social Complementar, que é operado por privados.

A Regulação da Lei foi aprovada em 2009 (Decreto 85/2009) e a Estratégia Nacional para a Segurança Social Básica 2010-2014 foi aprovada pela resolução 17/2010 do Conselho de Ministros (GdM, 2010).

Há quatro áreas principais que compõem a plataforma nacional de protecção social.

1. Assistência social directa: inclui as transferências monetárias por períodos indefinidos (tais como o *Programa de Subsídio Social Básico* (PSSB)), transferências sociais por períodos específicos (tais como o *Programa Apoio Social Directo* (PASD)), e os serviços sociais (tais como os orfanatos, cuidados institucionais para os idosos e assim por diante). Estes programas são implementados pelo *Instituto Nacional de Acção Social* (INAS).

As origens do programa PSSB remontam a 1990, quando se estabeleceu como parte do programa de ajustamento estrutural liderado pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) e conhecido como o *Programa de Subsídio de Alimentos* (PSA). O PSA foi renomeado em 2010 por forma a reflectir a natureza do programa como uma transferência monetária de assistência social e não como um subsídio para a compra de alimentos.

2. A acção social no sector da saúde, incluindo o acesso universal a cuidados de saúde primários e outras actividades que melhoram a boa saúde e o bem-estar. Os programas nesta componente são geridos pelo Ministério da Saúde.
3. A acção social no sector da educação, incluindo programas que visam criar um ambiente propício para que os grupos mais vulneráveis participem no sistema de ensino. Esta componente é gerida pelo Ministério da Educação.
4. *Programa de Acção Social Produtiva* (PASP). Devido à natureza inter-sectorial do PASP, que terá início em 2013, estas actividades serão geridas conjuntamente pelo INAS e os ministérios da Mulher e Acção Social, Obras Públicas, Administração Interna, Planeamento e Desenvolvimento, Agricultura, e Trabalho. O PASP será dirigido a agregados familiares que são extremamente pobres mas têm alguma capacidade de trabalho. Irá fornecer dinheiro a troco de trabalho por períodos limitados durante o ano, incluindo obras públicas de trabalho intensivo.

Fonte: Ministério do Plano e Desenvolvimento | Balanço da Primeira Metade do Plano Económico e Social, 2011

7. O Contexto Histórico Institucional da Protecção Social em Moçambique

Como demonstrado pelas tendências demográficas, mais cedo ou mais tarde, a sociedade moçambicana terá que enfrentar as consequências dos seus ganhos em longevidade. Será a longevidade uma conquista ou um fardo?

Uma das principais implicações da transição demográfica é ela tornar insustentáveis e inviáveis os mecanismos existentes para providenciar segurança de rendimento na velhice (por exemplo, ter filhos). Por todo o mundo, o processo de transição demográfica e as mudanças nos modos de produção, impulsionaram a emergência de novos mecanismos de protecção social, incluindo pensões contributivas e não contributivas.

Em 1901, Moçambique implementou um sistema diferente de protecção social, designado por *Repartição Social*. Através deste sistema, as gerações mais jovens contribuíam equitativamente para a reforma da geração mais velha. Ao longo das décadas, este sistema tornou-se mais abrangente, antes de perder, pouco antes da independência, a sua base financeira, em termos fiscais e tributários (Francisco, 2010; Francisco et al., 2011; Quive, 2007, p. 14).

Mais de vinte anos após o retorno da paz, em 1992, desafios estruturais graves, devidos à avassaladora dependência de uma economia de subsistência, continuam a ameaçar a segurança humana. Como já argumentamos em investigações anteriores, a protecção social deveria ser abordada de um ponto de vista estrutural, *ex ante*, ao invés de *ex post*, paternalístico e caritativo. Na nossa perspectiva, a protecção social inclui um conjunto de mecanismos que proporcionam a segurança humana, incluindo não apenas a segurança dos alimentos e rendimento, mas também a prevenção da violência física e psicológica (por exemplo, roubo, sequestro, tráfico de seres humanos).

Os mecanismos de segurança social e programas não contributivos vigentes em Moçambique têm enfrentado graves problemas de viabilidade financeira e sustentabilidade (ILO and IMF, 2012; Quive, 2007; Wartonick, 2009). Apesar do abrandamento das políticas públicas intervencionistas ao longo das duas últimas décadas, a generalidade dos agregados familiares e dos indivíduos enfrenta sérias dificuldades para melhorar as suas poupanças. Isto pode ocorrer porque as melhorias de produtividade têm sido lentas, apesar da sua relevância para a economia nacional, em especial nas áreas rurais (Cunguara and Hanlon, 2010; DNEAP, 2010; Dupraz et al., 2006).

A liberdade económica, no sentido de oportunidades reais e iguais para a população em geral, é extremamente limitada. A natureza informal predominante da economia é em grande parte incentivada pelo crescimento de um intervencionismo estatal forte (político, administrativo e legal) que frustra as liberdades e os direitos de propriedade dos seus cidadãos. A base produtiva para a efectiva ampliação de oportunidades de emprego é, conseqüentemente, fraca.

Neste contexto, os sistemas financeiro, fiscal e tributário enfrentam sérias rescrições no fornecimento de uma base viável e sustentável para os mecanismos de segurança social e de aposentadoria, tanto públicos como privados. É preocupante serem precisamente estes os mecanismos previstos para que as pessoas possam acumular poupanças, através de esquemas conjuntos ou individuais, durante o tempo de vida em que estão economicamente activas, permitindo-lhes conseguir segurança de rendimentos na velhice.

Do ponto de vista do IESE, informado pela nossa investigação e análise, o foco actual do Governo moçambicano e dos seus parceiros internacionais sobre o espaço fiscal implica uma visão bastante limitada em relação às políticas públicas dirigidas à população idosa (ILO and IMF, 2012). Uma visão que se caracteriza por ser caridosa e *ex post*, em vez de estruturante e *ex ante* ou com o objectivo de valorizar e fortalecer a coesão familiar e as relações inter-geracionais (Sugahara and Francisco, 2012a).

Decorrente da análise *supra* e de outros estudos conduzidos pelo IESE, a questão de uma pensão universal de velhice surge como um instrumento potencialmente importante para o desenvolvimento, uma vez que irá contribuir não só para a economia mas também para o restabelecimento da capacidade de negociação, o prestígio e a função social que os idosos desfrutaram durante milhares de anos na sociedade moçambicana. Desde que a transição demográfica comprometeu o equilíbrio e a sustentabilidade do crescimento da população, a posição das pessoas idosas mudou radicalmente.

7.1 O que poderia ser um benefício social adequado em Moçambique?

Holzmann et al. (2009) confirma a ideia de que há um amplo consenso de que as transferências de rendimentos de aposentadoria e velhice e, em particular, as pensões sociais têm desempenhado um papel importante na redução da pobreza.²³ Apesar disto, apenas 25 por cento da força de trabalho mundial está coberta por sistemas de pensões contributivos obrigatórios (Holzmann et al., 2009, p. 3).

Globalmente, há muitas pensões sociais diferentes, que variam em dimensão e cobertura. Mas se as pensões sociais têm obtido um tal sucesso, e desfrutam de um consenso tão alargado, por que razão Moçambique ainda não implementou um regime de pensão universal? Francisco et al. (2013) argumentam que o debate sobre as pensões sociais em Moçambique tem estado preso a razões particulares sobre benefícios sociais que são vistos mais como caridade do que como direitos. Mais recentemente, um foco sobre a existência, ou a criação, de espaço fiscal para implementar a protecção social tem dominado o debate.

Claramente, Moçambique pós independência experienciou um caminho divergente do dos seus vizinhos - Botsuana, Maurícias, Suazilândia, Lesoto, Namíbia e África do Sul – que também obtiveram a independência na segunda metade do século passado. Estes países estão agora a emergir na literatura sobre protecção social como os mais avançados em termos de mecanismos que asseguram a segurança dos rendimentos das suas populações idosas. Nalguns casos estes mecanismos são universais, cobrindo todos os idosos, enquanto noutros cobrem apenas um subconjunto de idosos ou tentam complementar sistemas contributivos (Emmett, 2012; HelAge International, 2012; Kakwani and Subbarao, 2005; Moore and Garcia, 2012; Niño-Zarazúa et al., 2010; Niño-Zarazúa, 2012; Pelham, 2007).

23 É importante notar que as pensões sociais são transferências com base etária que não têm por base a reforma. No entanto, estão frequentemente dentro do sistema de reformas nos países com rendimento elevado.

Na primeira metade dos anos 1980s, Moçambique era económica e financeiramente insolvente. Em Fevereiro de 1984 o Estado moçambicano deixou de pagar o serviço da dívida (Waty, 2011). Para evitar a falência, ou mesmo o colapso completo do Estado, o governo moçambicano optou por procurar doadores de ajuda internacional, depois de ter aderido às instituições de Bretton Woods em Setembro de 1984.

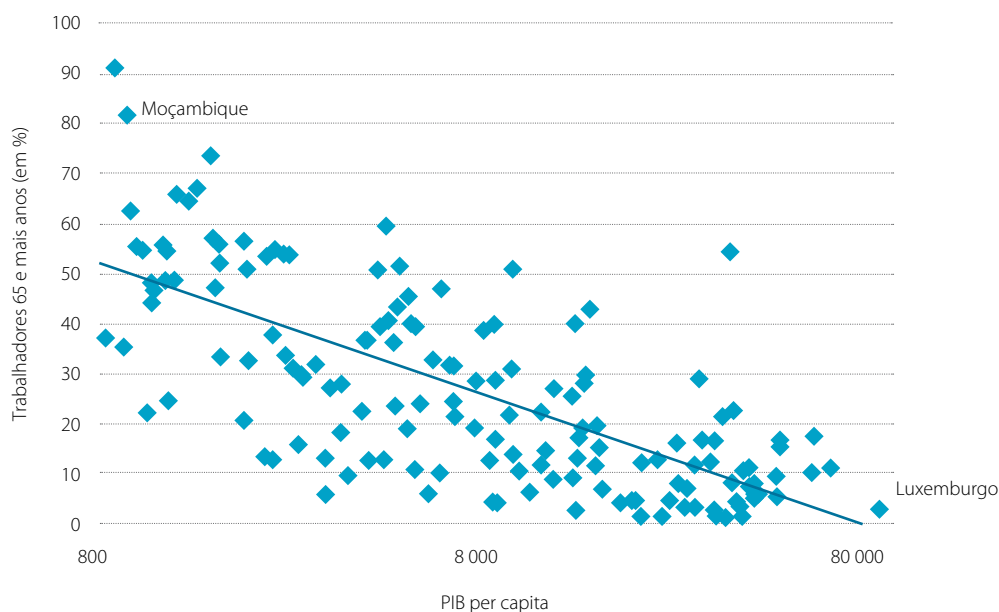
Waty (2011) considera esta data como o início da luta pela emancipação económica. Após o resgate financeiro internacional de 1984/85, os auxílios estatais a Moçambique cresceu para níveis sem precedentes, tornando-se praticamente impagável no final dos 1990s.

É neste contexto de elevada dependência que se forjou a narrativa da estabilidade. E ainda, que se informou o debate sobre a protecção social em Moçambique, contribuindo talvez para o domínio do espaço fiscal no debate.

Neste sentido, qualquer debate sério sobre benefícios sociais adequados em Moçambique não deverá afastar-se do espaço do debate fiscal e recusar esta perspectiva existencialista. Para ver por um novo ângulo o custo da protecção social em Moçambique, deveremos perguntar: qual será o custo para o país se decidir não implementar uma pensão social? Pode Moçambique permitir-se não ter um esquema de pensão social?

O baixo nível de cobertura das pensões sociais em Moçambique, tanto públicas como privadas, tem uma consequência muito clara, como se observa na Figura 14. Esta figura mostra que Moçambique tem uma das mais elevadas taxas de participação de idosos na força de trabalho. Mais de 80 por cento dos Moçambicanos com 65 ou mais anos continuam a trabalhar (com retornos decrescentes nos seus rendimentos), o oposto do que se vê na maioria dos países com rendimentos elevados.

Figura 14 – Relação entre a participação na força de trabalho de trabalhadores com mais de 65 anos, em 2010, e o PIB per capita



Fonte: Organização Internacional do Trabalho, LABORSTA, 2011

A produtividade geral do trabalho ainda é muito baixa em Moçambique e ainda é quase impossível o Moçambicano médio produzir o suficiente para satisfazer as suas necessidades básicas durante todo o ano, e mais impossível ainda pensar em poupar para a velhice. A consequência é que a maioria dos Moçambicanos não tem outra opção que não seja a de trabalhar até morrer.

Desafiando a ideia de que a protecção social é um “subsídio à preguiça” torna-se importante avançar o debate sobre o tipo de sociedade que os Moçambicanos querem. A protecção social é fundamental para garantir um sistema forte e transparente em que seja obrigação tanto do governo como dos cidadãos monitorar e avaliar a utilização dos recursos para assegurar que os mesmos tenham sido bem geridos e estejam a chegar aos beneficiários a que se destinam.

Debates em torno da adequação dos benefícios sociais são de longa data e muito disputados. Alguns argumentam, com base nos direitos humanos, outros tentam definir padrões biológicos mínimos em termos de necessidade nutricional. Além disto, os “padrões mínimos” têm uma raiz social e subjectiva, o que torna a tarefa ainda mais complexa.²⁴

Caixa 2: Indicadores Básicos

Para 2012, o Sector de Bem-Estar Social moçambicano alocou cerca de US\$ 65 milhões, que é 1,1 por cento do Orçamento do Estado (OE), ou 0,4 por cento do PIB nominal para 2012. Os orçamentos para os programas de protecção social (incluindo PSSB, PASD e PSSAS) é de US\$ 37 milhões, que é 0,6 por cento do OE, ou 0,2 por cento do PIB nominal para 2012. O valor da transferência mensal dos PSSBs é de cerca de US\$ 5, enquanto o programa abrangeu cerca de 253.000 em 2011, ou cerca de 20 por cento das pessoas idosas. Um beneficiário de pensão do sistema contributivo recebe em média 8 meticais (US\$ 0,30) por dia ou US\$ 9 por mês (FDC and UNICEF, 2011).

Indicadores Básicos:²⁴

- Despesa pública com a protecção social (% do PIB): 3,96*
- Despesa pública com a saúde (% do PIB): 3,26*
- Percentagem de pessoas com 65 ou mais anos que são beneficiárias de pensão de velhice: 19,9*
- População activa a contribuir para a segurança social (%): 1,7*
- Número de contribuintes registados em programas de segurança social: 25.683**
- Número de beneficiários inscritos em programas de segurança social: 731.762**
- Número de beneficiários do PSSB: 217.683***
- Número de beneficiários do Programa de Acção Social Produtiva (Assistência Social): 4,029****
- Número de beneficiários do Programa de Geração de Rendimentos (Trabalho Social): 3,089****
- Número de beneficiários dos Serviços Sociais: 15,121****

* Fonte: OIT | World Social Security Report 2010 (Ano: 2006)

** Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (Ano: 2008)

*** Fonte: Ministério do Plano e Desenvolvimento | Avaliação do Plano Económico e Social 2010 (Ano: 2010)

**** Fonte: Ministério do Plano e Desenvolvimento | Balanço da Primeira Metade do Plano Económico e Social, 2011

24 Fonte: Centro de Informação em Protecção Social www.cipsocial.org/index.php?option=com_content&task=view&id=281&Itemid=122#

8. Impacto expectável de uma pensão universal: Quanto custaria?

Como se mostrou em capítulos anteriores, as pensões sociais têm o potencial para serem uma política crucial, ou até fundamental, para Moçambique. Esta investigação procurou complementar a análise da pobreza das secções anteriores com alguns exemplos do custo e impacto das pensões sociais. Espera-se que isto acrescente substância a considerações teóricas à discussão sobre protecção social.

Ao concentrarmo-nos numa pensão universal, estamos a evitar a discriminação, que resulta da exclusão quase aleatória da maioria dos idosos. Para além disto, uma pensão social deveria ter como objectivo providenciar mais do que um nível de subsistência. Acresce que se bem que um nível mínimo de apoio seja importante, se o valor da pensão for pequeno ou fornecido de forma irregular perde o seu valor fundamental para apoiar, ou restaurar a capacidade do indivíduo em contribuir e participar activamente na sociedade.

Para explorar o custo potencial e o impacto sobre a pobreza de uma pensão social em Moçambique consideramos três cenários diferentes: (i) ampliar o actual programa PSSB; (ii) uma pensão universal de velhice igual a um terço do salário mínimo; e (iii) uma pensão universal de velhice igual ao salário mínimo.

Para simplificar os cálculos estabelecemos a idade de elegibilidade aos 60 anos, como proposta pela legislação para proteger os direitos das pessoas idosas, actualmente em debate na Assembleia da República.

Uma vez que tanto o PSSB como o salário mínimo proporcionam montantes variáveis, de acordo com a composição do agregado familiar no caso do PSSB, e de acordo com as diferentes profissões no caso do salário mínimo, também definimos um valor único para cada um. No primeiro cenário estabelecemos o valor de transferência em 500 meticais por mês, que é o nível máximo de transferência disponível sob o PSSB. Similarmente, nos segundo e terceiro cenários, definimos o valor das transferências em relação ao salário mínimo de 2012 para os trabalhadores agrícolas em 2.300 meticais por mês. Deverá notar-se que o salário mínimo, se bem que relativamente baixo em termos internacionais, parece mais generoso quando comparado com o rendimento anual médio per capita. O salário mínimo para os trabalhadores agrícolas corresponde a um rendimento anual de 27.600 meticais (cerca de US\$ 930), comparado com o rendimento nacional bruto per capita em 2011 de cerca de US\$ 460, ou ligeiramente menos do que metade do salário mínimo.²⁵

25 Utilizamos o método *World Bank Atlas* para converter meticais em US dólares. <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.CAP.CD>

Como os dados mais recentes disponíveis são os do censo de 2007, deflacionámos esses valores de transferência para os níveis de 2007 antes de calcular o seu impacto sobre a pobreza. Como a nossa análise foca o nível do agregado familiar, a incidência da pobreza baseada no consumo assumiu uma distribuição igual entre os membros do agregado. O impacto estimado de uma pensão universal sobre a pobreza está resumido na Tabela 8.

Quase meio milhão de pessoas seriam imediatamente retiradas da pobreza através da expansão do PSSB, com níveis de transferência de 500 meticais por mês, para todos com 60 ou mais anos de idade, a um custo de 1,5 por cento do PIB. Isto por si só constituiria o impacto do “dia seguinte” da transferência, e não tem em consideração outros potenciais impactos associados com mudanças comportamentais; por exemplo, em termos de estratégias de sobrevivência, opções de sustento e investimento no capital humano dos membros mais jovens do agregado.

Tabela 8 – Impacto estimado de uma pensão universal sobre a população total

	Linha de Base	Cenário 1 (500 meticais/mês)	Cenário 2 (766,7 meticais/mês)	Cenário 3 (2.300 meticais/mês)
Taxa de incidência	54,7%	53,0%	52,4%	48,1%
Redução na incidência (pontos percentuais)		1,7	2,32	6,58
Número de pessoas retiradas da pobreza (extrapolação para 2013)		423,665	579,182	1,640,587

Fonte: Cálculos dos Autores

Tabela 9 – Impacto estimado de uma pensão universal nos agregados com pessoas idosas

	Linha de Base	Cenário 1 (500 meticais/mês)	Cenário 2 (766,7 meticais/mês)	Cenário 3 (2.300 meticais/mês)
Taxa de incidência	58,3%	48,6%	45,0%	20,7%
Redução na incidência (pontos percentuais)		6,09	9,65	33,95
Número de pessoas retiradas da pobreza (extrapolação para 2013)		70,076	111,022	390,475

Fonte: Cálculos dos Autores

Para calcular o custo destes cenários, usámos uma metodologia semelhante à utilizada por Daniel et al. (2010). Como observado por Daniel et al., os dados sobre os custos administrativos das pensões sociais em África são relativamente limitados. No entanto, uma pensão social universal em Moçambique iria beneficiar de enormes economias de escala, em comparação com a escala piloto das especialmente pequenas transferências sociais da região. Pelas mesmas razões já apontadas por Daniel et al., utilizamos um custo administrativo equivalente a 5 por cento do valor anual da transferência.

Estimativas dos custos financeiros dos três cenários estão apresentadas na Tabela 10. Este custo estimado varia entre 1,5 por cento e 7 por cento do PIB. Estes valores necessitam de ser

contextualizados, mas ambas as pressuposições implícitas e explícitas irão, certamente, influenciar qualquer avaliação de custo ou benefício de uma pensão universal de velhice.

Tabela 10 – Custo estimado de uma pensão universal

	Cenário 1 (500 meticais/mês)	Cenário 2 (766,67 meticais/mês)	Cenário 3 (2,300 meticais/mês)
Meticais (milhões)	6,628	10,163	30,488
US\$ (milhão)	221	339	1 016
% PIB	1,5	2,3	7,0

Fonte: Cálculos dos Autores

A fim de avaliar se os custos potenciais apresentados na Tabela 10 são elevados, ou se são acessíveis ou inacessíveis, é essencial que as suposições sejam claramente explicadas. Por exemplo, se as transferências monetárias estão enquadradas por uma abordagem baseada no consumo e têm por objectivo fazer face aos choques de curto prazo, às emergências ou fornecer uma rede de segurança aos mais vulneráveis, então os custos estimados apresentados na Tabela 10 podem parecer desproporcionados ou impraticáveis, dado o actual espaço fiscal em Moçambique.

Outra abordagem seria comparar o custo de uma pensão social universal a exemplos bem conhecidos de despesa, tais como o recente investimento de US\$ 400 milhões em duas “Pontes da Catembe” a serem construídas no Maputo. Olhando mais além, a receita de recursos naturais pode cobrir confortavelmente até mesmo o maior custo estimado apresentado na Tabela 10.

Apesar de não ser este o espaço apropriado para explorar este debate em profundidade, é importante observar que a comparação mais importante a fazer é entre o custo de uma pensão universal e o custo da alternativa. Isto é, os custos dos actuais programas dirigidos aos idosos, com cobertura dispersa, fragmentada e não universal. Nesta altura, a pergunta deveria ser: qual é o custo de não investir numa pensão social universal?

A evidência e a experiência de outros países, incluindo os países vizinhos, que têm pensões sociais universais são válidas aqui. Há riqueza na evidência sobre o impacto demográfico das pensões sociais, em particular sobre o seu papel no apoio a uma transição sustentável das taxas de fecundidade. Esta questão será mais explorada em investigações futuras do IESE.

9. Conclusões

Na tentativa de compreender o envelhecimento da população em Moçambique, os autores sentem que apenas começaram a arranhar a superfície de um assunto enorme, complexo e sobretudo inexplorado. À primeira vista, parece que as pessoas idosas em Moçambique enfrentam problemas da mesma magnitude que os enfrentados pelas populações mais jovens e adultas. À segunda vista, contudo, descobrimos que, embora a população idosa seja ainda pequena, tanto em termos relativos como absolutos, a sua importância para a transição demográfica e reprodutiva de Moçambique não pode ser subestimada.

Após a aplicação de abordagens técnicas e metodológicas diferentes e complementares, este estudo mostra que a população idosa em Moçambique é mais pobre do que o resto da população. Esta característica é encontrada quase universalmente por todo o país, embora tenham sido encontradas diferenças notáveis entre regiões, províncias e Postos Administrativos. Gradual, mas lentamente, mais Moçambicanos estão a viver mais tempo. No entanto, as melhorias na esperança de vida parecem assentar em fundamentos económicos fracos e quase não há mecanismos modernos de protecção social em Moçambique. Por esta razão, a evidência reunida neste estudo conclui que, em termos gerais, a população idosa de Moçambique tornou-se uma vítima de seu próprio "sucesso de longevidade", ou seja, mais pessoas estão a viver até à velhice, mas é uma velhice sem segurança de rendimentos.

Qualquer proposta para uma pensão universal para os idosos deve assentar numa forte lógica de desenvolvimento. Ou seja, além de proporcionar apoio financeiro imediato, uma pensão universal deve ter um impacto mais amplo, tanto nos agregados familiares beneficiários como na sociedade como um todo. Um objectivo claro deve ser substituir o actual sistema de protecção social, com as suas raízes anteriores à transição demográfica, por um sistema de protecção social moderno, que seja adequado e capaz de lidar com desafios demográficos e económicos. Neste contexto, os custos e benefícios de uma pensão social universal devem ser analisados e avaliados através da comparação com os custos e benefícios das alternativas existentes, tais como: absolutamente nenhuma pensão social, pela razão de que Moçambique não a pode pagar, ou uma pensão de valor baixo para uma minoria, escolhida numa base ad hoc e subjectiva, com a maioria dos idosos excluídos.

Os autores esperam que as informações aqui apresentadas e analisadas, representem um contributo importante para uma melhor compreensão e uma atitude melhorada para com a população idosa de Moçambique. No entanto, é importante recordar que existe uma vasta gama de questões que não estão contempladas e discussões temáticas deixadas inexploradas neste relatório, que podem ter idêntica importância.

Contribuições de todas as áreas científicas são muito bem-vindas e necessárias. Professores, engenheiros, médicos, advogados, químicos, administradores, e assim por diante, não devem esperar que a transição demográfica aconteça para decidirem actuar. Podem, de facto, trabalhar para auxiliar os Moçambicanos à medida que o processo de transição demográfica, que já está

em andamento, acelera. Também é importante ter em mente que alguns dos vizinhos de Moçambique, como a África do Sul e o Botsuana, já fizeram a transição para uma sociedade em envelhecimento. Por que não pode Moçambique ter por objectivo adaptar-se a esta realidade melhor e mais rapidamente que seus vizinhos?

Este relatório destacou áreas que poderiam beneficiar de mais análise. Como explorado previamente, definir quem são os “velhos” não é uma tarefa fácil. Este debate necessita de se submeter a uma exploração em profundidade em Moçambique. Em particular, as seguintes questões poderiam informar o debate: como é que a sociedade moçambicana lida com os seus cidadãos idosos? Têm as diferentes religiões e crenças presentes em Moçambique perspectivas diferentes sobre os idosos? Que influência trazem os diferentes antecedentes culturais num país tão diverso? Qual é a composição de género ou étnica da população idosa? Que questões sociais são mais relevantes para os idosos? Além do mais, os indicadores de pobreza requerem uma exploração mais profunda e localizada. Durante a investigação, a análise da pobreza por Posto Administrativo levou a conclusões muito complexas, que não puderam ser completamente abordadas devido às limitações dos dados. Estas diferenças geográficas nas taxas de pobreza demonstram a necessidade de uma análise mais aprofundada, com potenciais impactos em termos de desenho de políticas. Será também importante compreender as diferenças que o género trará à experiência da velhice em Moçambique, bem como compreender o impacto que a migração tem nos agregados e na composição da família, e o papel desempenhado pelos idosos nos seus agregados.

Finalmente, não podemos esquecer de mencionar debates sobre a crescente desigualdade em Moçambique. É geralmente reconhecido que mais de duas décadas de crescimento económico relativamente elevado, mas desigual, em Moçambique não levaram a uma redução significativa ou satisfatória nos níveis de pobreza. A prevalência de um sector informal forte, lado a lado com o crescimento desigual, pode levar-nos à explicação destas aparentes inconsistências (Brito et al., 2010). No entanto, tal como a análise de pobreza fornecida por este relatório mostra, existem diferenças claras tanto no que toca a regiões como ao longo das linhas urbano rurais. Estas diferenças exigem mais investigação sistemática sobre a desigualdade e as possíveis oportunidades para melhorar o bem-estar da população moçambicana em geral e da sua população idosa em particular.

Anexo 1: Índice de Morris como uma abordagem baseada em activos

O Índice de Morris

O Índice de Morris é parte de um crescente corpo de pesquisa conhecido como a abordagem baseada em activos, que compreende um conjunto de índices de activos utilizados na análise de bem-estar como indicadores de qualidade de vida nos países em desenvolvimento. Estes índices podem ser vistos como uma abordagem complementar ou mesmo alternativa à abordagem da despesa *per capita*. Como Morris et al. (2000) sublinharam, em vez de se seguir ou a inclusão *ad hoc* de características seleccionadas dos agregados familiares ou as abordagens mais complexas habitualmente encontradas na investigação económica, esta abordagem baseada em activos, que se pretende como uma medida alternativa [proxy] para a riqueza, é baseada numa simples soma ponderada do número de itens diferentes possuídos por um agregado familiar.

O índice baseado em activos está alicerçado na suposição de que os agregados familiares com maiores recursos comprarão e possuirão um maior número de bens duráveis. O indicador utiliza dados sobre os activos dos agregados familiares seleccionados, como bens duráveis e semi-duráveis de uso diário, para descrever o bem-estar do agregado. A motivação por de trás da abordagem baseada nos activos tem duas vertentes: (i) o indicador baseia-se na evidência de que as medidas do rendimento e despesa são medidas incompletas do bem-estar material dos agregados familiares, especialmente nos países em desenvolvimento, onde esses dados podem ter erros de medição mais elevados; e (ii) um indicador de activo pode compensar a ausência de informações sobre os rendimentos e despesas do agregado familiar, ou pode ser utilizado para complementar ou reforçar a análise das despesas *per capita* usando dados disponíveis dos inquéritos aos agregados familiares (Filmer and Scott, 2008; Morris et al., 2000; Prakongsai, 2006; Ura et al., 2010).

O cálculo do índice

A abordagem do Índice de Morris atribui a cada item (i) na lista de activos (X) um peso igual ao inverso da proporção de agregados familiares que possuem um ou mais desses itens (W_i) (i.e. a frequência com que a variável *dummy* (variável instrumental) reporta a 1), em seguida, multiplica-se o peso pelo número de unidades do activo i pertencentes ao agregado familiar (X_i), e soma-se o produto de todos os bens possíveis. O índice resultante proposto por Morris et al. para um agregado familiar j é então o seguinte:

$$\text{Índice de Morris} = \sum_{i=1}^N X_i * W_i, \text{ onde } W_i = \frac{1}{X_i}$$

Além da pontuação dos activos, o valor total dos activos possuídos pelo agregado familiar pode ser calculado somando-se os valores reportados - de todos os bens possuídos - como os actuais valores desses activos (V_i). Esta abordagem está “baseada no pressuposto de que os agregados familiares com maiores recursos vão comprar e possuir um maior número de bens de consumo duráveis” (Morris et al., 2000, p. 383). Esta ponderação dos activos do agregado familiar assume que as probabilidades dos agregados familiares possuírem um item em particular são tanto menores quanto maior for o seu valor monetário. Os autores também descobriram que o núcleo de activos do agregado familiar está altamente correlacionado com os valores dos activos dos agregados, indicando que as duas medidas classificam os agregados de uma forma semelhante.

Aplicação dos dados do índice de activos

O índice de activos neste estudo é calculado utilizando os dados do censo da população de 2007 do INE. Para cada agregado no censo, a informação foi recolhida sobre a posse de 14 tipos diferentes de activos, que vão desde os materiais da habitação (materiais das paredes, chão e telhado), bens de consumo duráveis (tais como bicicletas, rádios, televisões etc.) e animais domésticos (tais como gado, galinhas etc.). Portanto, foram considerados os seguintes indicadores “dummies” (onde 1, por exemplo, é igual a bons materiais ou à posse de activos específicos, e 0 indica o contrário):

- Fonte de água
- Materiais das paredes
- Materiais do chão
- Materiais do telhado
- Casa de banho
- Electricidade
- Veículo
- Rádio
- Computador
- Bicicleta
- Televisão
- Gado
- Ovelhas ou cabras
- Galinhas

Alguns comentários sobre este índice de activos

Morris et al. (2000) dá uma explicação satisfatória sobre os pontos fortes e fracos desta abordagem baseada em activos como uma medida alternativa [proxy] para a riqueza, que é resumida aqui:

- Uma lista de activos específicos do contexto dos agregados familiares, para gerar uma pontuação ponderada, que pode ser usada para distinguir o pobre do não pobre.

- A maioria dos países tem um Inquérito de Medição dos Padrões de Vida, *Living Standards Measurement Survey* (LSMS) que é realizado pelo Banco Mundial e ajustado às circunstâncias locais.²⁶ Pode-se aceder a estes questionários *online* e utilizá-los para identificar uma lista adequada de activos.
- Contudo, não tem em consideração os itens mais valiosos do agregado, quer devido à ausência de informação no inquérito ou à dificuldade de medição, ou a ambos. Isto inclui terra, casas, animais domésticos, capital financeiro e recursos humanos.

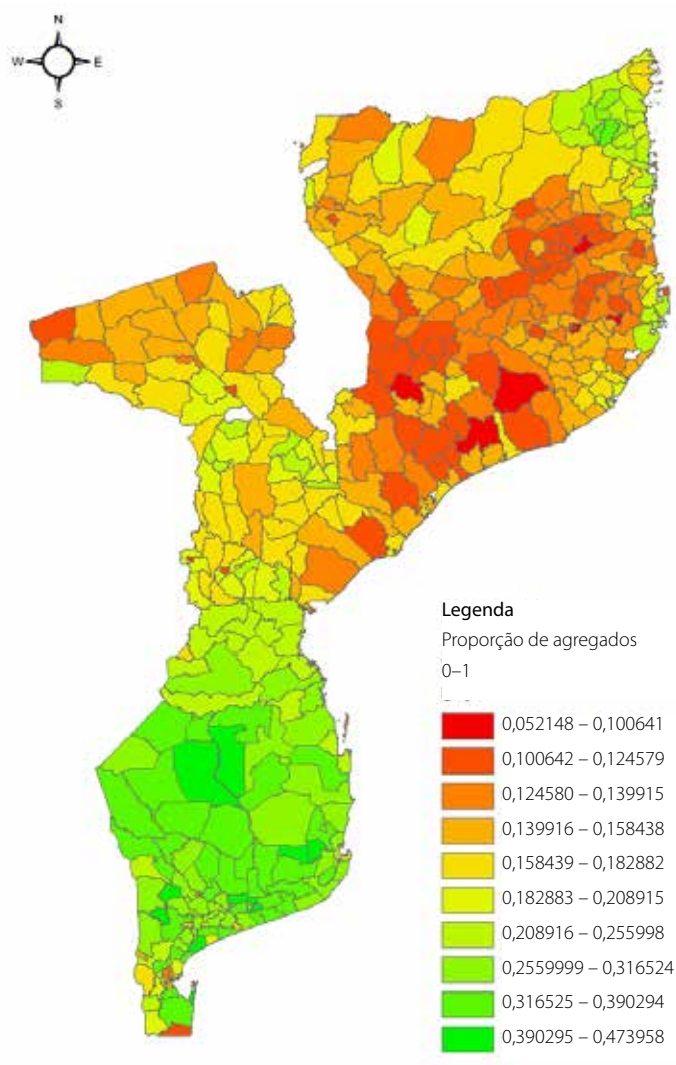
A qualidade da habitação é reduzida à qualidade física, com base nos dados fornecidos, mas não há dados disponíveis em termos de mercados de habitação, que são quase inexistentes em áreas rurais de Moçambique. A maioria das habitações são construídas com mão-de-obra do agregado e uma mistura de bens adquiridos e recuperados, por exemplo, chapas de metal e adobe (terra batida), respectivamente. Consequentemente, é raro atribuir-se um valor monetário às casas existentes. Além disso, os dados do censo do INE não fornecem nenhuma informação sobre a posse da terra e o valor das terras utilizadas pelo agregado familiar.

A escolha do sistema de ponderação para a pontuação dos activos foi baseada na suposição de que, progressivamente, os agregados teriam menos probabilidades de possuir um item especial quanto maior fosse o seu valor monetário. A capacidade da pontuação dos activos do agregado familiar espelhar o valor patrimonial dos agregados foi testada transformando ambas as variáveis numa escala logarítmica para remover as assimetrias nas distribuições e, em seguida, calcular um coeficiente de correlação de Pearson para avaliar a força da associação entre as duas. Valores elevados do coeficiente de correlação indicam que os agregados estão classificados de forma semelhante por ambas as medições (Morris et al., 2000).

26 <http://www.worldbank.org/LSMS/guide/select.html>

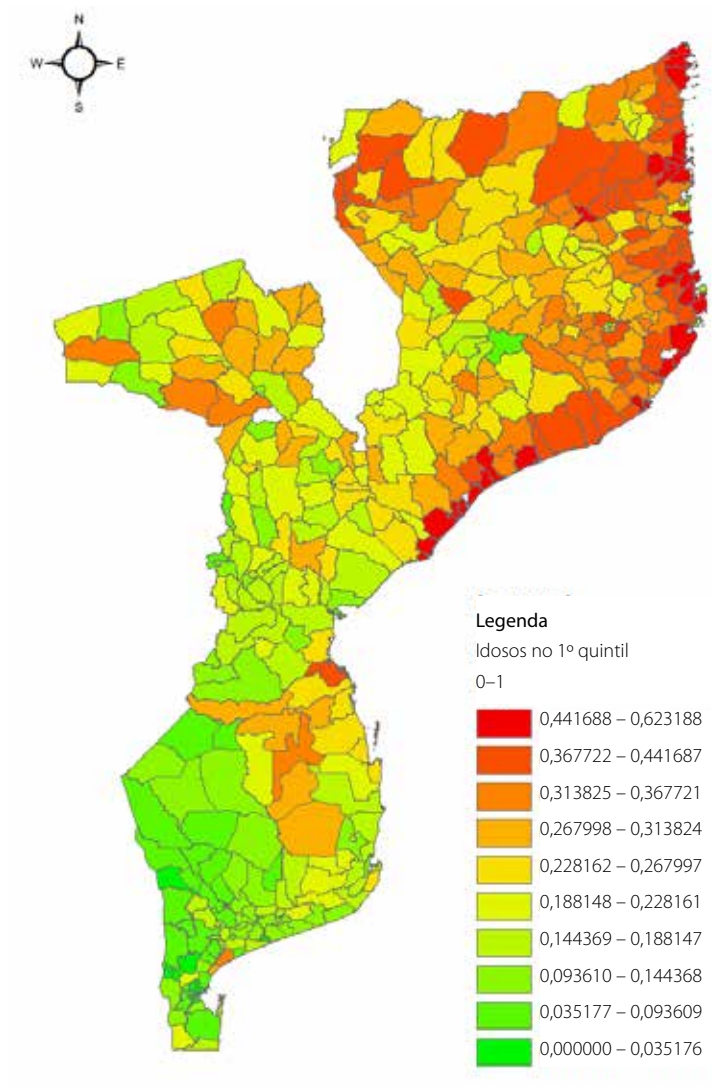
Anexo 2: Mapas, tabelas e figuras

mapa 1 – Percentagem de famílias com idosos, por Posto Administrativo



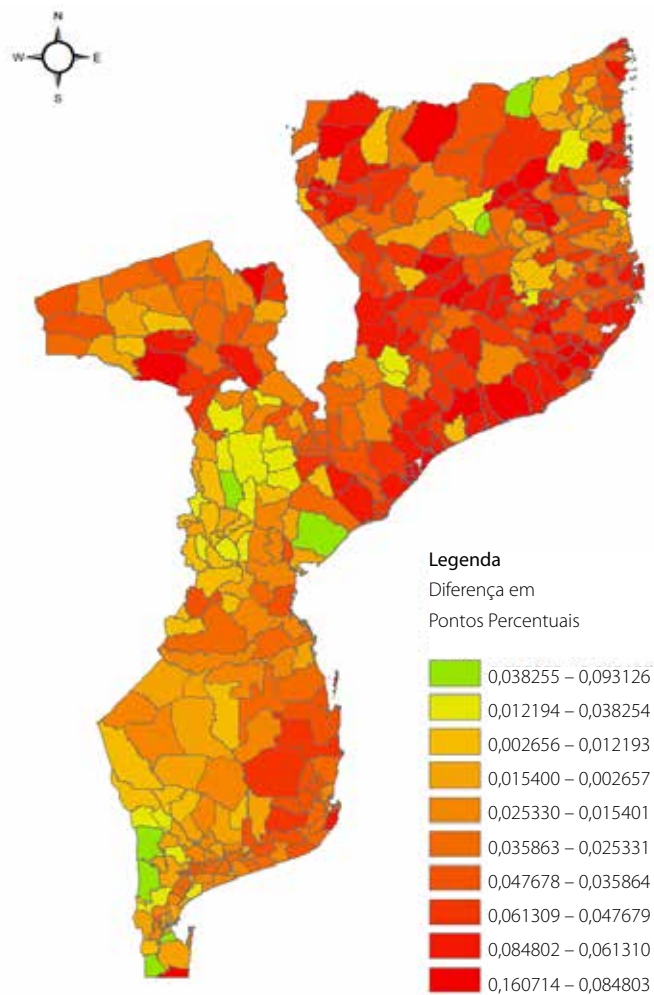
Fonte: INE censo da população, 2007

Mapa 2 – Distribuição de agregados familiares com idosos pertencentes ao primeiro quintil do Índice de Activos, por Posto Administrativo



Fonte: INE censo da população, 2007

Mapa 6 – Diferença entre a proporção de agregados familiares com idosos pertencentes ao primeiro quintil do índice de activos e a população total, por Posto Administrativo



Fonte: INE censo da população, 2007

Tabela 11 – Taxas de incidência da pobreza: agregados com e sem pessoas idosas (2008)

	Sem idosos	Com idosos
LOP	53,9	58,3
LPRBM	55,2	59,5
US\$ 1,25 (PPP) por dia/linha internacional da pobreza	81,2	82,2

Fonte: IOF 2008/2009

Tabela 12 – Taxas de incidência da pobreza: agregados familiares com e sem pessoas idosas (LOP) (1997, 2003 and 2008)

1997			2003			2008		
Agregados sem idosos	Agregados com idosos	Total	Agregados sem idosos	Agregados com idosos	Total	Agregados sem idosos	Agregados com idosos	Total
67,3	69,9	69,4	54,2	58,1	54,1	52,0	55,0	54,7

Fonte: IOF 2008/2009

Tabela 13 – Taxas de incidência da pobreza: agregados com e sem pessoas idosas por província (2008)

	LOP		RPLWB		US\$ 1,25 (PPC) por dia/linha internacional da pobreza	
	Sem idosos	Com idosos	Sem idosos	Com idosos	Sem idosos	Com idosos
Niassa	31,6	34,4	47,8	48,4	70,6	85,1
Cabo Delgado	36,7	40,4	43,3	50,4	80,3	81,9
Nampula	54,8	54,1	59,8	61,6	90,7	86,9
Zambézia	70,3	72,5	57,7	52,8	93,9	94,8
Tete	43,4	28,1	70,9	65,1	76,1	62,4
Manica	56,3	47,4	50,2	48,0	82,6	77,8
Sofala	55,0	68,1	58,9	72,0	81,6	86,7
Inhambane	57,5	58,8	57,8	68,1	79,8	81,4
Gaza	58,5	70,2	38,4	57,0	81,0	90,5
Maputo Prov.	64,4	79,8	60,2	74,1	67,5	81,0
Maputo Cidade	34,5	42,8	34,7	43,9	31,8	37,3
Nacional	53,9	58,3	55,2	59,5	81,2	82,2

Fonte: IOF 2008/2009

Tabela 14 – Taxas de incidência da pobreza: agregados com e sem pessoas idosas por área rural/urbana (2008)

	LOP		RPLWB		US\$ 1,25 (PPC) por dia/linha internacional da pobreza	
	Sem idosos	Com idosos	Sem idosos	Com idosos	Sem idosos	Com idosos
Urbana	49,1	52,6	46,9	46,5	66,3	66,6
Rural	56,1	60,5	59,0	64,4	87,8	88,1
Nacional	53,9	58,3	55,2	59,5	81,2	82,2

Fonte: IOF 2008/200

Tabela 15 – Taxas de incidência da pobreza: todos os agregados por província e área urbana/rural (2008)

	LOP	LPRBM	US\$ 1,25 (PPC) por dia/linha internacional da pobreza
Niassa (urbana)	42,2	46,0	71,4
Niassa (rural)	28,9	48,5	72,9
Cabo Delgado (urbana)	44,3	47,8	78,3
Cabo Delgado (rural)	35,5	43,7	81,2
Nampula (urbana)	49,9	56,1	79,4
Nampula (rural)	56,7	61,7	94,7
Zambézia (urbana)	63,6	49,0	83,6
Zambézia (rural)	71,8	58,5	95,9
Tete (urbana)	53,0	51,0	78,5
Tete (rural)	40,2	73,7	74,2
Manica (urbana)	45,4	37,7	69,5
Manica (rural)	58,3	53,9	86,1
Sofala (urbana)	50,1	40,8	70,4
Sofala (rural)	62,9	74,8	90,5
Inhambane (urbana)	40,5	37,3	65,5
Inhambane (rural)	62,7	68,0	84,4
Gaza (urbana)	48,2	32,5	67,5
Gaza (rural)	67,8	49,3	90,5
Maputo província (urbana)	63,7	60,6	64,0
Maputo província (rural)	76,3	68,4	84,7
Maputo cidade (urbana)	36,2	36,5	32,9

Fonte: IOF 2008/2009

Tabela 16 – Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos: Cabo Delgado (2008)

	Total	Sem idosos	Com idosos	Com 1 idoso	Com 2 idosos
1º quintil	29,8	29,0	33,7	35,3	27,5
2º quintil	26,5	27,2	23,1	23,0	23,9
3º quintil	24,3	24,4	24,2	23,7	26,1
4º quintil	14,0	14,0	14,0	13,1	16,9
5º quintil	5,5	5,6	5,1	4,8	5,7

Fonte: INE, censo da população, 2007

**Tabela 17 – Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos:
cidade do Maputo (2008)**

	Total	Sem idosos	Com idosos	Com 1 idoso	Com 2 idosos
1º quintil	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2
2º quintil	0,6	0,6	0,6	0,7	0,4
3º quintil	2,4	2,4	2,0	2,2	1,4
4º quintil	17,5	17,9	15,7	16,8	10,8
5º quintil	79,4	79,0	81,3	80,0	87,2

Fonte: INE, censo da população, 2007

**Tabela 18 – Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos:
Gaza (2008)**

	Total	Sem idosos	Com idosos	Com 1 idoso	Com 2 idosos
1º quintil	8,2	7,0	11,1	12,1	5,9
2º quintil	7,9	7,5	8,8	9,4	6,1
3º quintil	16,1	15,7	17,1	17,8	13,5
4º quintil	26,8	28,2	23,7	23,8	23,4
5º quintil	40,9	41,6	39,4	36,8	51,1

Fonte: INE, censo da população, 2007

**Tabela 19 – Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos:
Inhambane (2008)**

	Total	Sem idosos	Com idosos	Com 1 idoso	Com 2 idosos
1º quintil	14,2	12,7	17,6	19,6	9,2
2º quintil	10,2	10,1	10,5	11,0	8,4
3º quintil	14,7	14,6	15,0	15,2	14,3
4º quintil	27,9	28,7	26,0	25,7	27,5
5º quintil	33,0	34,0	30,8	28,5	40,6

Fonte: INE, censo da população, 2007

**Tabela 20 – Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos:
Manica (2008)**

	Total	Sem idosos	Com idosos	Com 1 idoso	Com 2 idosos
1º quintil	17,9	17,9	18,3	19,5	11,0
2º quintil	15,8	16,0	14,5	14,8	12,7
3º quintil	21,7	21,6	22,2	22,5	21,0
4º quintil	21,9	21,7	22,8	22,1	26,9
5º quintil	22,7	22,8	22,2	21,2	28,4

Fonte: INE, censo da população, 2007

Tabela 21 – Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos:
Maputo província (2008)

	Total	Sem idosos	Com idosos	Com 1 idoso	Com 2 idosos
1º quintil	3,8	3,2	6,3	6,6	4,9
2º quintil	5,4	4,7	8,0	8,6	5,1
3º quintil	12,3	11,4	16,3	16,5	15,3
4º quintil	28,7	28,5	29,4	29,7	28,2
5º quintil	49,9	52,2	40,1	38,6	46,5

Fonte: INE, censo da população, 2007

Tabela 22 – Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos:
Nampula (2008)

	Total	Sem idosos	Com idosos	Com 1 idoso	Com 2 idosos
1º quintil	28,4	27,3	35,1	36,5	27,8
2º quintil	22,0	22,3	20,6	20,2	22,5
3º quintil	24,2	24,4	22,9	22,4	25,1
4º quintil	16,3	16,6	14,6	14,0	17,4
5º quintil	9,0	9,4	6,9	6,8	7,3

Fonte: INE, censo da população, 2007

Tabela 23 – Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos:
Niassa (2008)

	Total	Sem idosos	Com idosos	Com 1 idoso	Com 2 idosos
1º quintil	24,2	23,3	29,5	31,6	19,4
2º quintil	34,3	35,0	30,3	29,6	33,4
3º quintil	23,7	23,8	22,9	22,2	26,2
4º quintil	11,7	11,6	12,5	11,9	15,5
5º quintil	6,1	6,3	4,9	4,7	5,5

Fonte: INE, censo da população, 2007

Tabela 24 – Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos:
Sofala (2008)

	Total	Sem idosos	Com idosos	Com 1 idoso	Com 2 idosos
1º quintil	13,0	12,5	15,5	16,5	10,1
2º quintil	16,0	15,8	16,6	16,7	16,2
3º quintil	19,7	19,7	19,5	19,6	19,2
4º quintil	27,6	27,5	28,0	27,3	31,6
5º quintil	23,8	24,5	20,5	19,9	23,0

Fonte: INE, censo da população, 2007

Tabela 25 – Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos: Tete (2008)

	Total	Sem idosos	Com idosos	Com 1 idoso	Com 2 idosos
1º quintil	20,7	19,7	25,7	28,0	16,0
2º quintil	15,1	15,7	12,1	12,1	12,2
3º quintil	19,4	19,3	19,7	19,6	20,0
4º quintil	22,3	22,8	20,0	19,2	23,3
5º quintil	22,5	22,5	22,5	21,0	28,6

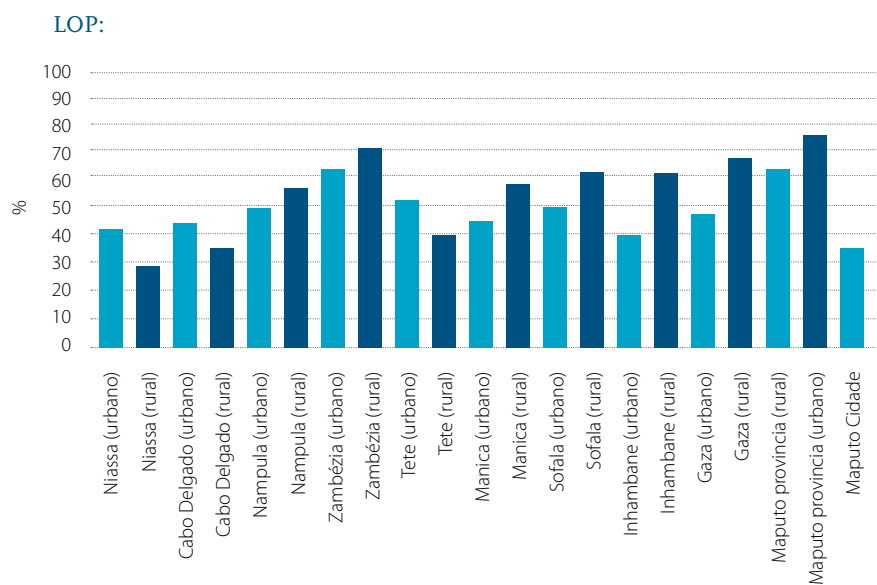
Fonte: INE, censo da população, 2007

Tabela 26 – Distribuição de agregados com e sem pessoas idosas de acordo com os activos: Zambézia (2008)

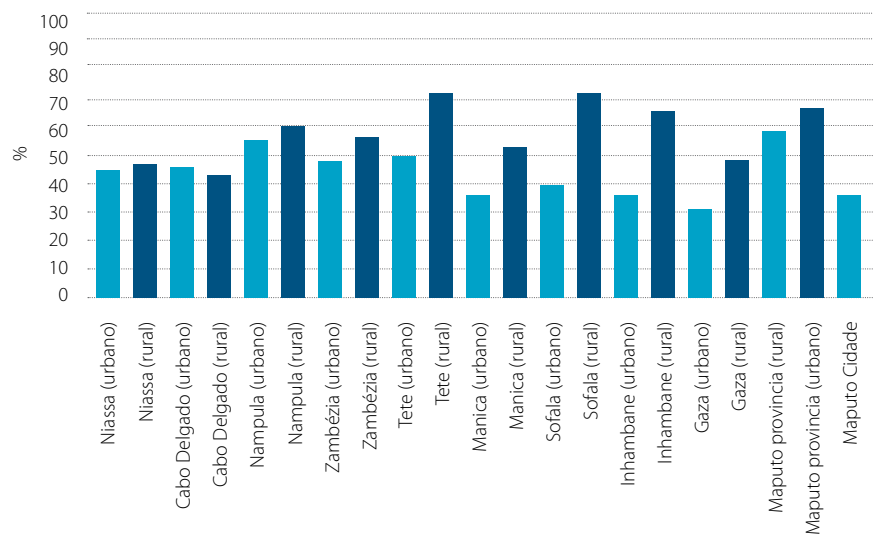
	Total	Sem idosos	Com idosos	Com 1 idoso	Com 2 idosos
1º quintil	23,4	22,6	28,7	30,5	19,8
2º quintil	31,7	32,1	29,1	28,9	30,3
3º quintil	20,9	21,2	18,8	18,3	21,0
4º quintil	18,6	18,6	18,7	17,9	23,2
5º quintil	5,4	5,5	4,7	4,5	5,7

Fonte: INE, censo da população, 2007

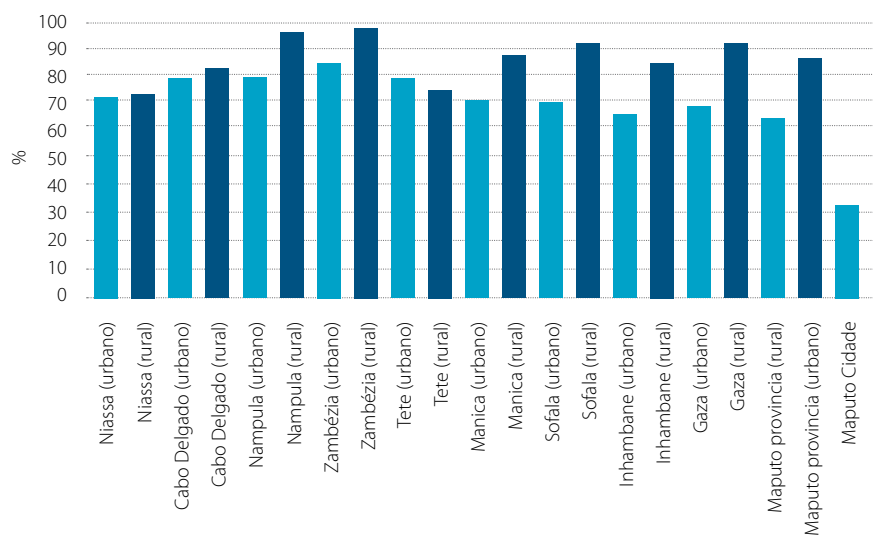
Figura 15 – Taxas de incidência da pobreza: agregados por província e áreas rural/urbana (2008)



LPRBM



US\$ 1.25 (PPP) por dia/linha internacional da pobreza



Fonte: IOF 2008/2009

Referências

- Alfani, F., Azzarri, C., D'Errico, M., Molini, V., 2012. Poverty in Mozambique: New Evidence from Recent Household Surveys (SSRN Scholarly Paper No. ID 2156797). Social Science Research Network, Rochester, New York.
- Alkire, S., Foster, J., 2011. Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of Public Economics* 95, 476–487.
- Anand, S., Sen, A.K., 1997. Concepts of human development and poverty: a multidimensional perspective. United Nations Development Programme (UNDP), New York.
- Bachelet, M., López, A.F., Patel, E., Dervis, K., Wilson, M., Hirsch, M., Pillai, S., Silin, Z., 2011. Piso de Proteção Social para uma globalização equitativa e inclusiva : relatório do grupo consultivo presidido por Michelle Bachelet, constituído pela OIT com a colaboração da OMS. International Labour Office (ILO), Geneva.
- Beauvoir, S. de, 1990. A Velhice. Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- Brito, L. de, Castel-Branco, C.N., Chichava, S., Francisco, A. (Eds.), 2010. Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique, 1a ed. IESE, Maputo.
- Camarano, A., 2004. Os Novos Idosos Brasileiros : Muito Além dos 60? IPEA, Rio de Janeiro.
- Carr-Hill, R., 2013. Missing Millions and Measuring Development Progress. *World Development*. Elsevier, Philadelphia.
- Cunguara, B., Hanlon, J., 2010. *O Fracasso na Redução da Pobreza em Moçambique*. [WWW Document]. LSE website. Available at: <http://search.lse.ac.uk>. (accessed 1.23.12).
- Daniel, S., Barrett, S., McPherson, A., Marchetta, F., Knox, C., Newson, L., Osofisan, W., 2010. *Achieving Income Security in Old Age for All Tanzanians: a Study Into the Feasibility of a Universal Social Pension*. Ministry of Labour, Employment and Youth Development in collaboration with HelpAge International. Dar es Salaam, Tanzania.
- Debert, G.G., 1999. *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), Sao Paolo.
- DNEAP, 2010. Pobreza e Bem-estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional. Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (DNEAP), Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), Maputo.
- Dupraz, J., Handley, G., Wills, O., 2006. Childhood Poverty in Mozambique: A situation and trends analysis. UNICEF, New York.
- Dyson, T., 2010. *Population and Development: The demographic transition*. Zed Books, London.
- Emmett, B., 2012. Older People as a Stepping Stone to Redistributive Social Security, in: Paper for 3rd Conference of IESE. Presented at the Mozambique: Accumulation and Transformation in a Context of International Crisis', IESE, Maputo.
- Estivill, J., 2003. *Panorama da luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias*. Escritório Internacional do Trabalho.
- FDC, UNICEF, 2011. Budget Brief 2012: Social Welfare Sector. Mozambique.

- Filmer, D., Scott, K., 2008. Assessing Asset Indices. *Policy Research Working Paper No. WPS4605*. World Bank, Washington, D.C.
- Francisco, A., 2010. Moçambique: Protecção Social no Contexto de um Estado Falido mas não Falhado, in: Brito, L. de, Castel-Branco, C.N., Chichava, S., Francisco, A. (Eds.), *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Expectativas Para Moçambique*. IESE, Maputo, pp. 37–95.
- Francisco, A., 2011. A Natureza Incipiente da Transição Demográfica em Moçambique. *Revista de Estudos Demográficos* 49, 5–35.
- Francisco, A., Ali, R., Ibraimo, Y., 2010. Financial versus Demographic Social Protection in Mozambique. *Poverty in Focus: Long-Term Social Protection for Inclusive Growth* 22, 10–12.
- Francisco, A., Ali, R., Ibraimo, Y., 2011. Protecção Social Financeira e Demográfica, in: Brito, L. de, Castel-Branco, C.N., Chichava, S., Francisco, A. (Eds.), *Desafios Para Moçambique 2011*. IESE, Maputo, pp. 283–331.
- Francisco, A., Muhorro, S., 2011. Pauperização Rural em Moçambique na 1ª Década do Século XXI. *IDeIAS Boletim* Nº 34, 8 de Abril.
- Francisco, A., Sugahara, G., Fisker, P., 2013. Dinâmicas de Bem-estar e Pobreza da População Idosa Moçambicana - Sumário dos Resultados Preliminares Apresentados no Seminário do IESE de 15 de Maio. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo.
- GdM, 2010. Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2010–2014. Governo de Moçambique (GdM).
- GdM, 2011. Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011–2014. Governo de Moçambique (GdM), Maputo.
- Geffray, C., 2000. *Nem Pai Nem Mãe. Crítica do Parentesco: o caso Macua*. Nidjira, Lisbon.
- Hargreaves, J.R., Morison, L.A., Gear, J.S., Kim, J.C., Makhubele, M.B., Porter, J.D., Watts, C., Pronyk, P.M., 2007. Assessing Household Wealth in Health Studies in Developing Countries: a Comparison of Participatory Wealth Ranking and Survey Techniques from Rural South Africa. *Emerging Themes in Epidemiology* 4: 4.
- Haughton, J.H., Khandker, S.R., 2009. *Handbook on Poverty and Inequality*. World Bank, Washington, DC.
- HelpAge International, 2012. What and Where? | About Social Pensions | Pension watch [WWW Document]. Pension Watch - Social Protection in Older Age. Available at: <http://www.pension-watch.net/about-social-pensions/about-social-pensions/social-pensions-around-the-world/> (accessed 9.2.12).
- Holmqvist, G., 2010. Fertility Impact of Social Transfers in Sub-Saharan Africa - – What about pensions? No. BWPI Working Paper 119. The University of Manchester, Manchester.
- Holzmann, R., Robalino, D.A., Takayama, N., 2009. *Closing the Coverage Gap: The Role of Social Pensions and Other Retirement Income Transfers*. The World Bank, New York.
- Hunt, P., Nowak, M., Osmani, S., 2004. *Human Rights and Poverty Reduction: A Conceptual Framework*. UN, New York.
- ILO, IMF, 2012. Towards Effective and Fiscally Sustainable Social Protection Floors. Preliminary Draft 10 May 2012. (Preliminary Report Prepared for the Meeting of the G20 Labour and Employment Ministers in Guadalajara (Mexico)). Washington, D.C.
- IMF, 2011. IMF Executive Board Completes Second Review Under Policy Support Instrument for Mozambique, Press Release Nº 11/240 [WWW Document]. International Monetary Fund. Available at: <http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2011/pr11240.htm>
- INE, 2010a. Projeções Anuais da População Total, Urbana e Rural, Moçambique (2007–2040) [WWW Document]. Portal do Instituto Nacional de Estatística. Available at: http://www.ine.gov.mz/populacao/projecocoes/proj_pop_moz/ (accessed 6.17.11).

- INE, 2010b. Censo Agro-Pecuário CAP 2009–2010: Resultados Definitivos - Moçambique.
- Ito, T., Rose, A.K., 2010. *The Economic Consequences of Demographic Change in East Asia*. University of Chicago Press, Chicago.
- Kakwani, N., Subbarao, K., 2005. Ageing and Poverty in Africa and the Role of Social Pensions. United Nations Development Programme, International Poverty Centre.
- Kelly, B., 2011. *Pobreza Infantil e Disparidades em Moçambique 2010*. UNICEF, Maputo.
- Keyfitz, N., 1980. Population Appearances and Demographic Reality. *Population and Development Review* 6: 47.
- Lee, I.H., Qingjun, X., Syed, M., 2013. *China's Demography and its Implications No. WP/13/82*. International Monetary Fund (IMF), Washington, D.C.
- Lesthaeghe, R.J. (Ed.), 1989. *Reproduction and Social Organisation in Sub-Saharan Africa*. University of California Press, New Jersey.
- Livi-Bacci, M., 1992. *A Concise History of World Population*. Blackwell, Cambridge.
- Lv, J., Liu, Q., Ren, Y., Gong, T., Wang, S., Li, L., 2011. Socio-demographic association of multiple modifiable lifestyle risk factors and their clustering in a representative urban population of adults: a cross-sectional study in Hangzhou, China. *Int J Behav Nutr Phys Act* 8, 1–13.
- Moore, C.M.T., Garcia, M., 2012. The Cash Dividend : The Rise of Cash Transfer Programs in Sub-Saharan Africa. Available at: <https://openknowledge.worldbank.org>
- Morris, S.S., Carletto, C., Hoddinott, J., Christiaensen, L.J.M., 2000. Validity of rapid estimates of household wealth and income for health surveys in rural Africa. *J Epidemiol Community Health* 54: 381–387.
- Negrão, J., 2005. *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana*. Texto Editores, Maputo.
- Niño-Zarazúa, M., Barrientos, A., Hulme, D., Hickey, S., 2010. Social protection in sub-Saharan Africa: Will the green shoots blossom? (Brooks World Poverty Institute Working Paper Series No. 11610). BWPI, The University of Manchester, Manchester.
- Niño-Zarazúa, M.A., 2012. *UNU-WIDER : Social Protection in sub-Saharan Africa: Will the green shoots blossom?* UNU-WIDER, Stockholm.
- Pelham, L., 2007. *The Politics Behind the Non-contributory Old Age Social Pensions in Lesotho, Namibia and South Africa No. CPRC Working Paper 83*. Chronic Poverty Research Centre.
- Prakongsai, P., 2006. An Application of the Asset Index for Measuring Household Living Standards in Thailand (SSRN Scholarly Paper No. ID 1080909). Social Science Research Network, Rochester, NY.
- Quive, S.A., 2007. *Protecção Social em Moçambique: Uma Rede Furada de Protecção Social*. CIEDIMA, Maputo.
- Sippel, L., Kiziak, T., Woellert, F., Klingholz, R., 2011. *Africa's Demographic Challenges: How a young population can make development possible*. Berlin Institute for Population and Development, Berlin.
- Sugahara, G.T.L., 2009. *Cidades Criativas e Envelhecimento Populacional*. ISCTE-IUL, Lisbon, Portugal.
- Sugahara, G.T.L., Francisco, A., 2012a. Idosos em Moçambique: Romper a Conspiração do Silêncio, in: Brito, L. de, Castel-Branco, C.N., Chichava, S., Francisco, A. (Eds.), *Desafios Para Moçambique 2012*. IESE, Maputo, pp. 295–331.
- Sugahara, G.T.L., Francisco, A., 2012b. *Desafios da Duplicação da População Idosa em Moçambique*. IESE, Maputo.
- Sugahara, G.T.L., Francisco, A., 2012c. The Doubling Elderly: Challenges of Mozambique's Ageing Population. *IDeIAS Boletim* N° 46e.

- UN, 2002. Madrid International Plan of Action on Ageing, in: Second World Assembly on Ageing. United Nations (UN), Madrid.
- UN, 2007. World Economic and Social Survey 2007: Development in an Ageing World – 60th Anniversary Edition, 1948–2007, 60th ed. United Nations (UN).
- UN, 2011. World Population Prospects, the 2010 Revision [WWW Document]. United Nations (UN). URL <http://esa.un.org/unpd/wpp/unpp/p2k0data.asp> (accessed 7.1.11).
- UN, 2013. World Population Prospects: The 2012 Revision, (13 June 2013). [WWW Document]. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. Available at: http://esa.un.org/wpp/unpp/panel_indicators.htm
- UNDP, 2013. Human Development Report 2013: The Rise of the South. *Human Progress in a Diverse World*. United Nations Development Programme (UNDP), New York.
- UNFPA, HelpAge International, 2012. *Ageing in the Twenty-First Century: A Celebration and a Challenge*. UNFPA and HelpAge International, New York.
- Ura, K., Alkire, S., Zangmo, T., 2010. *GNH and GNH Index*. The Centre for Bhutan Studies, Bhutan.
- Van de Walle, D., Nead, K., 1995. *Public spending and the poor: theory and evidence*. Published for The World Bank by the Johns Hopkins University Press, Baltimore.
- Vos, R., Ocampo, J.A., Cortez, A.L., 2009. *Ageing and Development*. Zed Books, London.
- Wartonick, D., 2009. *Developing an Effective Pension System in Mozambique: A Review of the Pension Program in Mozambique*. Nathan Associates Inc. for review by the United States Agency for International Development, Washington, D.C.
- Waty, T.A., 2011. *Direito Económico*. Editora W&W, Maputo.
- Willmore, L., 2004. Universal Pensions in Low Income Countries *Public Economics No. 0412002*. EconWPA.
- Willmore, L., 2007. Universal Pensions for Developing Countries. *World Development* 35, 24–51.

Os idosos são a face mais visível da longevidade crescente da população em Moçambique. Em meio século, a esperança de vida à nascença em Moçambique aumentou 20 anos, um nível ainda muito aquém da esperança de vida média mundial, estimada em 70 anos de idade. Este trabalho mostra que apesar dos moçambicanos estarem a conquistar uma vida mais longa, as condições de segurança humana e de protecção social da maioria dos idosos são extremamente precárias e apontam para uma ruptura social perigosa.

Viver mais para viver pior? Eis o grande desafio que a conquista da longevidade coloca aos Moçambicanos, em geral, e aos fazedores de políticas, em particular. Por isso, para além de analisar as dinâmicas do bem-estar e pobreza dos idosos, este estudo levanta o debate sobre a necessidade e viabilidade de uma pensão universal para os idosos. Uma pensão universal minimamente digna e apostada em substituir os sistemas de protecção social antigos por sistemas de protecção social modernos, capazes de responder aos novos desafios decorrentes da transição demográfica e económica.

António Francisco

Director de investigação e Coordenador do Grupo de Investigação sobre População, Pobreza e Protecção Social do IESE. Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Licenciado em Economia (UEM, 1987), Mestre (1990) e Doutorado (1997) em Demografia pela Universidade Nacional da Austrália (ANU).

Gustavo Sugahara

Colaborador Associado do IESE em Maputo e Membro Associado do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DINÂMIA/CET-IUL. Mestre em Economia e Políticas Públicas pelo ISCTE-IUL (2010), Lisboa, e licenciado em economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Peter Fisker

Doutorando na Universidade de Copenhaga, Dinamarca, foi professor assistente na Universidade de Copenhaga, tendo leccionando na cadeira de Economia Descritiva. Mestre em Economia pela mesma Universidade e Licenciado em Ciência Política pela Universidade de Aarhus na Dinamarca.

